VIOLÊNCIA EXTREMA CONTRA AS ESCOLAS

orientações para preparação e resposta

Parceria

UNDIME
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Realização

unicef
para cada criança

Expediente

Realização

Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF
Representante do UNICEF no Brasil: Youssouf Abdel-Jelil
Representante-adjunta do UNICEF no Brasil: Layla Saad
www.unicef.org/brazil

Parceria

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME
Presidente: Alessio Costa Lima
undime.org.br

Apoio

Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed
Presidente: Vitor de Angelo
www.consed.org.br

Conteúdo

Cleo Garcia, Flávia Maria de Campos Vivaldi e Talita Bueno Salati Lahr - pesquisadoras integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Moral (GEPEM – UNICAMP/UNESP) e do Grupo de Ética, Diversidade e Democracia na Escola Pública (GEDDEP) do Instituto de Estudos Avançados da Unicamp (IdEA).

Revisão técnica: Telma Vinha - Pedagoga e doutora em Educação, professora da Unicamp.

Coordenação editorial

UNICEF Brasil – Educação
Mônica Pinto – Chefe de Educação
Ana Carolina Fonseca – Oficial de Programas

Projeto gráfico e diagramação

Júlia Bertoni - Designer

Orientações para reprodução de conteúdo

O UNICEF incentiva o uso de seus estudos, pesquisas e relatórios para fins educacionais e informativos, mas todas as publicações da organização estão protegidas por leis e regulamentos de direitos autorais. Os conteúdos podem ser reproduzidos para fins não comerciais, por organizações governamentais e não governamentais, instituições educacionais e de pesquisa e indivíduos que trabalham sem fins lucrativos, desde que citando os créditos do UNICEF.

Março de 2025

Lista de siglas

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes

CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DPE - Defensoria Pública do Estado

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OSC - Organização da Sociedade Civil

PCP - Primeiros Cuidados Psicológicos

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SGDCA - Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes

SUS - Sistema Único de Saúde

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UBS - Unidade Básica de Saúde

Sumário

6 Apresentação

8 Introdução

11 Alguns conceitos e premissas

11 De que violência trata o documento

11 Recuperação baseada em princípios da posvenção

12 Importância de um protocolo em situações de violência extrema direcionada a escolas

13 Marcos legais

14 Convivência e relações democráticas na base da prevenção e da recuperação

16 Breve revisão da literatura sobre ações e necessidades após ataques de violência extrema às escolas

18 Fase 0 (antes de eventuais ataques) - Organização de um Comitê Local Intersetorial específico

19 1 Sobre a organização do Comitê Local Intersetorial para a preparação e resposta a episódios de violência extrema direcionada à escola

20 2 Sobre o protocolo local de preparação e resposta

21 3 Lista de ações que precisam ser planejadas pelo Comitê Local Intersetorial

22 4 Sobre o provisionamento de recursos financeiros

24 Fase 1 (iniciada a partir do ataque) - conjuntura, avaliação do impacto e preparação

25 Definição do(s) local(is) e atendimentos primários

26 Atos administrativos (portarias, resoluções e/ou decretos) para otimização do fluxo

27 Limpeza da escola atingida

27 Diretrizes para o trabalho das equipes voluntárias

28 Diretrizes para a imprensa

29 Apoio jurídico para as vítimas e seus familiares

30 O que fazer imediatamente após um ataque

32 Fase 2 (Ampliação das equipes e das ações) - Resposta integrada considerando as prioridades

33 Direcionamento de Assistentes Sociais e de Psicólogos(as) da Rede de Proteção e de outros grupos voluntários - cuidados individuais e coletivos

33 Identificação e organização das informações sobre todas as vítimas diretas para acompanhamento

34 Identificação e organização das informações sobre vítimas indiretas (estudantes, familiares, profissionais da escola, comunidade do entorno) para acompanhamento.

35 Estrutura física da escola atingida: reforma/reparos/mudanças em geral

36 O contato com as famílias

36 Ações para o acolhimento inicial das pessoas atingidas direta e indiretamente.

41 Alinhamento e acolhimento da equipe de voluntários que atuará na retomada das atividades da escola

41 Monitoramento das necessidades de atendimentos à comunidade externa da escola diretamente atingida e encaminhamentos levantados na Fase 1

42 Ações de cooperação, suporte ao funcionamento administrativo e pedagógico da escola atingida

43 Preparação para a reocupação da escola - retorno paulatino da comunidade escolar para seu local de origem

45 Fase 3 (retorno das atividades letivas no espaço da escola) - Restauração - retomada e continuidade das ações

45 Implementando as ações para o acolhimento das e dos estudantes na escola

47 Busca ativa dos estudantes da escola atingida pela violência

47 Fortalecimento da escola diante da comunidade

48 Manifestação coletiva da(s) rede(s) de ensino em apoio à escola atingida

48 Definição e divulgação para a comunidade escolar diretamente afetada do plano de ações para o restante do ano letivo (continuidade do processo de recuperação)

49 Sistematização de ações permanentes que promovam a convivência ética na escola.

49 Continuidade de articulação das redes de atendimento psicossocial.

50 Avaliação permanente da saúde emocional da comunidade escolar diretamente atingida

51 Considerações finais

53 Referências Bibliográficas

56 ANEXO 1 - Sugestão de roteiro para o círculo de acolhimento e escuta

Apresentação

Este documento traz orientações sobre como gerir situações em que uma escola é alvo de ataques de violência extrema, ou seja, quando uma violência é direcionada à escola, sobretudo de forma intencional. Tratamos aqui das ações prévias, que ajudam a rede a se preparar para lidar com esse tipo de violência, e das ações de resposta e recuperação durante e após o episódio, tendo em perspectiva a proteção e a recuperação da comunidade escolar. Este material destina-se, sobretudo, a gestores de redes de educação, dada a liderança que precisam ter em todo o processo. Mas é importante destacar que as ações preparatórias e de resposta exigem um trabalho articulado, intersetorial, com gestores e serviços de diferentes pastas, e em regime de colaboração entre os entes federados. Assim, esperamos que este documento possa contribuir para mobilizar diferentes setores.

A proposta deste documento é apoiar o desenvolvimento de protocolos locais, compreendendo que cabe a cada município e/ou rede de educação as definições sobre as ações a serem desenvolvidas antes, durante e após uma situação de violência extrema e, sobretudo, sobre as responsabilidades em relação a cada uma delas. Mas este documento também pode ser utilizado como um protocolo geral em paralelo ao desenvolvimento de protocolos locais, principalmente quando é necessário lidar com uma situação de crise e a rede ainda não estava preparada. É importante destacar que independente da escola ser municipal, estadual ou privada, as ações preparatórias e de resposta necessárias mobilizam serviços que são geridos em sua maioria pelo executivo municipal, ainda que em regime de colaboração, do que se desdobra a importância do desenvolvimento de protocolos que reflitam a realidade local, com o engajamento do/a prefeito/a na liderança das ações e do legislativo para a criação dos dispositivos legais necessários.

Este material é uma iniciativa do UNICEF, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). A decisão pelo desenvolvimento deste documento se dá diante dos pedidos de apoio das redes de educação no contexto do aumento dos ataques às escolas, especialmente entre fevereiro de 2022 e outubro de 2023, perpetrados por estudantes ou ex-estudantes, caracterizados por serem intencionais, premeditados e envolvendo vínculo prévio com a instituição atacada.

Este documento foi elaborado por pesquisadoras integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Moral (GEPEM – UNICAMP/UNESP) e do Grupo de Ética, Diversidade e Democracia na Escola Pública (GEDDEP) do Instituto de Estudos Avançados da Unicamp (IdEA) que participaram das ações de resposta a casos concretos de ataques de violência extrema em escolas no Brasil, sistematizando muitas dessas práticas vivenciadas, alicerçadas teoricamente e pautadas em pesquisas. Neste documento, as pesquisadoras organizam essas orientações e práticas em uma sequência temporal, que vai desde a criação de uma equipe responsável pela implementação, até ações de recuperação meses após o ocorrido.

O importante é compreender que as recomendações aqui colocadas são resultado de experiências prévias, mas não são absolutas, cabendo aos grupos locais a liderança das decisões. Cabe destacar, ainda, que o presente documento apresenta contribuições feitas a partir da perspectiva de especialistas da área da Educação (em seu sentido mais amplo). O objetivo é somar aos vários esforços em curso no país para lidar com esse tipo de situação, sem a pretensão de substituir ou invalidar demais protocolos de emergências ou de contingência existentes, uma vez que esse tipo de protocolo deve ser desenvolvido e implementado sempre em colaboração com as autoridades locais e com especialistas de diferentes áreas, como segurança, educação, saúde, assistência social, entre outros.

Apesar de este documento se referir principalmente a contextos de ataques intencionais às escolas, entende-se que ele também oferece orientações úteis e eficazes para a gestão de crises após atos violentos não intencionais contra as escolas. Isso é particularmente relevante em situações de conflitos armados, onde as escolas são frequentemente alvos e, às vezes, usadas como "escudos" nesses conflitos. Embora sejam eventos de natureza distinta, é importante reconhecer que todos resultam em traumas semelhantes e consequências prejudiciais.

É importante lembrar que a recuperação como resposta a evento traumático em uma escola é um processo de longo prazo. A compaixão, o apoio contínuo e a cooperação de todos os envolvidos são fundamentais para ajudar a comunidade a se curar. Reiteramos a solidariedade às comunidades escolares vitimadas por esse fenômeno, e esperamos que o presente documento possa contribuir para a elaboração de políticas públicas que fortaleçam a preparação e a resposta à violência extrema contra escolas.

Este material se soma aos esforços mais amplos do UNICEF e parceiros para fortalecer uma Educação que Protege contra as Violências, que se constrói com a garantia do acesso e permanência na escola em diálogo com uma estratégia intersetorial de proteção; com políticas educacionais e práticas pedagógicas que fortalecem fatores de proteção e enfrentam a cultura do fracasso escolar; e com a quebra dos ciclos das violências que se produzem e se manifestam na escola. Viver uma vida livre de violências é um direito de toda menina e todo menino. E a educação tem um papel decisivo para que crianças e adolescentes possam crescer e se desenvolver em todo o seu potencial.

O tema também é tratado com prioridade no Documento Final da Conferência Nacional de Educação 2024, em que é contextualizado o fenômeno da violência contra as escolas e realçada a necessidade de capacitação da comunidade escolar para saber como reagir a situações de ataque. O documento também trata da importância de garantir políticas de fortalecimento da convivência escolar, da cultura de promoção das diferenças e da democracia nas escolas, com fins de garantir uma cultura de paz e prevenir todo tipo de violência pela, na e contra as escolas.

> Saiba mais: Educação que Protege contra as Violências
>
> Desde 2019, o UNICEF desenvolve e dissemina continuamente metodologias, materiais e capacitações e apoia os governos na análise de seus desafios e na tomada de decisão para que promovam uma Educação que Protege contra as violências. No site do UNICEF, é possível acessar conteúdos que tratam da atuação das escolas na prevenção e na resposta às violências: www.unicef.org/brazil/educacao-que-protege

Introdução

Os ataques direcionados à instituição escolar são fenômenos complexos, sobretudo porque a escola caracteriza-se por um contexto específico, em que pessoas convivem diariamente por muitas horas, trabalham, estudam e interagem. É um corpo social formado por grupos diversos e complementares que se inter-relacionam, como professores/as, gestores/as, funcionários/as, estudantes e famílias. Trata-se da composição de uma identidade coletiva construída por cada pessoa que integra aquele espaço. É, portanto, um contexto diferente de um ataque a tiros em um terminal central de ônibus, onde as pessoas estão reunidas pontualmente, não convivem e nem ocupam diariamente o mesmo espaço.

É importante salientar essa dimensão de identidade coletiva e permanente que a instituição escolar possui, pois manuais e protocolos direcionados a ataques terroristas em diversos espaços nem sempre são aplicáveis a esse contexto, devendo também ser consideradas as características e condições distintas das escolas e municípios brasileiros. Essas especificidades devem ser levadas em conta ao analisar tais protocolos e guias, bem como ao elaborar orientações pertinentes ao cenário nacional.

No ambiente escolar, com todas as suas especificidades, os impactos negativos da violência são potencializados, afetando não apenas as vítimas fatais e não fatais e seus familiares, mas também os sobreviventes e a comunidade circunvizinha. Isso resulta em uma maior incidência de traumas individuais e coletivos, doenças, riscos de novas violências e um aumento significativo nos transtornos mentais, no consumo de álcool e drogas, no abandono escolar, no afastamento do trabalho, nas separações, entre outros (Cox, 2023; Rossin-Slater, 2020).

A resposta após um ataque em uma escola, com as inúmeras ações decorrentes, necessita da contribuição de diversas áreas atuando de maneira coordenada, articulada e complementar, numa união de conhecimentos e esforços. Ela é mais eficiente e eficaz quando se tem um planejamento e sistematização prévia, como por meio da elaboração de um protocolo de contingência, que se trata de um plano estratégico que estabelece procedimentos a serem seguidos em caso de situações de emergência. Ele pode abordar uma variedade de situações (desastres naturais, incêndios, tiroteios etc.) e deve ser projetado para garantir a segurança e o bem-estar dos estudantes, professores/as e funcionários/as da escola. Envolve ações de resposta ao evento, mas também preventivas. Geralmente incluem medidas como: planejamento prévio e colaboração contínua, com o estabelecimento de parcerias com diferentes órgãos e serviços para garantir apoio em situações extremas; definição das áreas de responsabilidade de cada setor e orientações claras sobre como atuar; medidas de saúde e segurança como, por exemplo, formas de acionar as autoridades policiais em caso de emergência, avaliação da vulnerabilidade da infraestrutura escolar e treinamento de exercícios de bloqueio com os profissionais; e também suporte psicossocial, com o fornecimento de assistência(s) profissional(is) suplementar(es) às pessoas mais vulneráveis e afetadas.

Todas essas medidas exigem a atuação de diferentes secretarias (educação, saúde, assistência social, dentre outras), em uma ação articulada, intersetorial e em regime de colaboração entre

os níveis federativos. Assim, esse tipo de protocolo deve ser desenvolvido e implementado em colaboração com as autoridades locais, gestores públicos e especialistas em segurança, educação, saúde, entre outros. De forma mais direcionada e específica, o presente documento apresenta contribuições de especialistas da área da Educação (em seu sentido mais amplo) voltadas ao planejamento e desenvolvimento de ações relacionadas aos ataques de violência extrema em escolas. Buscou-se, dessa forma, somar aos demais esforços já disseminados, sem a pretensão de substituir ou invalidar demais protocolos de emergências ou de contingência existentes.

As diferentes etapas de trabalho a serem desenvolvidas a partir de um episódio de violência extrema a uma escola são descritas em tópicos intitulados por Fases. Em síntese:

- A Fase 0 (Zero) - Organização de um **Comitê Local Intersetorial** - antecipa as necessidades e orienta a respeito da constituição de Comitês para coordenar as ações de recuperação e do provisionamento de recursos financeiros. É uma fase que deve ser realizada por todos os municípios, de forma preventiva, sem que exista ataque.
- A Fase 1 - Conjuntura, avaliação do impacto e preparação - trata das deliberações administrativas e organizacionais necessárias para o planejamento e concretização do fluxo de encaminhamentos para o atendimento ampliado às vítimas diretas e indiretas.
- A Fase 2 - Resposta integrada considerando as prioridades - refere-se à organização e implementação das ações de intervenção inicial imediata e de caráter de urgência.
- A Fase 3 - Restauração - orienta sobre a retomada e continuidade das ações letivas[1] na escola afetada.

Esse tipo de violência extrema pertence a uma categoria distinta das violências escolares, não podendo ser considerado como tal. É uma violência que invade as escolas, constituindo como um fenômeno com características específicas, complexo e multifacetado, que requerem a implementação de políticas públicas e ações coordenadas e complementares de diferentes áreas

1 Entende-se como "atividades letivas" aqueles em que há presença dos estudantes.

e esferas. Sem desconsiderar a necessidade de ações e políticas preventivas, a proposta deste documento é, portanto, oferecer um direcionamento das ações nas diferentes etapas de atendimento às pessoas e comunidades escolares afetadas em episódios de violência extrema, levando em conta a gravidade e impacto desses ataques, a relevância e amplitude do trabalho de atendimento a curto, médio e longo prazo.

Alguns conceitos e premissas

De que violência trata o documento

Este documento trata da violência **à** escola, ou seja, uma violência direcionada à instituição e às pessoas que a representam, como funcionários e estudantes. Sendo assim, quando um ex-estudante ou outra pessoa entra armada e atira ou utiliza qualquer outro tipo de objeto na intenção de matar pessoas dentro da escola ou quando um tiroteio atinge a instituição, trata-se de violência extrema direcionada à escola.

> Tipos de violência vivenciadas na instituição escolar: este documento tem por premissa considerar a violência direcionada à escola no contexto das demais formas de manifestação da violência na educação. Pesquisadores da área discutem o conceito da violência sob três perspectivas: violência **na** escola, **à (direcionada à)** escola e violência **da** escola. A violência na escola pode ser definida como aquela que ocorre dentro da instituição escolar, como violências físicas e brigas entre estudantes, **bullying**, ameaças etc. Já a violência da escola é aquela institucional, simbólica, suportada por estudantes diante de regras e sanções injustas, na composição classificatória de classes, ameaças voltadas para as notas, tratamentos humilhantes, vexatórios e até racistas ou homofóbicos. São ações desrespeitosas por parte daqueles que representam a instituição, bem como, violências que estão nas estruturas da sociedade e são reproduzidas na instituição. O planejamento da convivência por parte da instituição incide intensamente sobre a superação desse tipo de violência provocada pela escola. E a violência à escola, é a que ocorre na sociedade ou no entorno e que invade ou é direcionada à instituição e àqueles que a representam, inclusive professores, como, por exemplo, tiroteios na comunidade, tráfico de drogas e os ataques com armas com o intuito de matar pessoas (Charlot, 2002; Vinha et al, 2023).

Essas ocorrências violentas direcionadas à instituição educacional têm um impacto profundo na comunidade escolar, manifestando-se na forma de medo, insegurança, ansiedade, abandono escolar, desinteresse pelos estudos, dificuldades de concentração e problemas de aprendizagem, independentemente da origem dos incidentes.

Recuperação baseada em princípios da posvenção

O termo posvenção foi inicialmente cunhado por Edwin Shneidman (Obras literárias de 1973, 1985 e 1993), aludindo às ações realizadas após uma tentativa de suicídio ou suicídio consumado, com o propósito de oferecer apoio às pessoas impactadas por essa tragédia. Com o tempo, profissionais e pesquisadores de vários países começaram a utilizá-lo para também descrever suporte e ações aplicadas em situações de eventos traumáticos, como desastres naturais e ataques às escolas, visando prevenir e mitigar os efeitos negativos na saúde mental e emocional das pessoas direta e indiretamente atingidas (Bowling, 2022; Lanza, 2018; Lebrun, 2011, Macneil, 2009). Embora o uso do termo tenha sido consagrado no Brasil para se referir ao contexto do suicídio, este documento se pauta em princípios da posvenção para orientar sobre as ações de recuperação e superação no contexto dos ataques às escolas. A posvenção inclui assistência psicológica, social e emocional às vítimas e às comunidades afetadas, com o

objetivo de reduzir o risco de problemas adicionais, tais como, aumento do sofrimento, depressão e comportamentos de risco. Além disso, busca promover a recuperação, a resiliência e a reconstrução das vidas impactadas, bem como, a prevenção de futuros incidentes similares.

Importância de um protocolo em situações de violência extrema direcionada a escolas

Um protocolo é um conjunto de diretrizes e procedimentos elaborados para orientar ações de resposta e recuperação após a ocorrência de situações de emergência, como um ataque violento direcionado às escolas. Trata-se de um documento que tem como objetivo orientar as ações de diferentes atores - governamentais, comunitários, escolares, outras organizações ou indivíduos, contribuindo para que as instituições estejam mais preparadas para lidar com situações de emergência de maneira eficaz e eficiente, minimizando o impacto desses eventos na comunidade escolar. O planejamento das ações deve considerar necessidades de diferentes naturezas sobre como responder de forma imediata às urgências e sobre como proteger e cuidar das pessoas direta ou indiretamente envolvidas em tais situações. Traz também contribuições como:

- Proteção da saúde mental: traumas podem causar uma série de reações emocionais e psicológicas a curto e/ou médio - longo prazo, como crises de ansiedade, pânico, depressão, estresse pós-traumático e outros sofrimentos mentais. Um protocolo fornece diretrizes para identificar, apoiar e encaminhar indivíduos que necessitam de ajuda psicológica e/ou psiquiátrica.

- Resposta organizada, com o engajamento da rede como um todo: ter um protocolo pré-estabelecido significa que a escola e a rede educacional bem como outras áreas e serviços públicos e privados responsáveis pelos atendimentos sociais e de saúde podem responder de maneira mais rápida e eficaz a situações de crise, proporcionando uma sensação de segurança para a comunidade. Isso inclui a coordenação de esforços entre as autoridades locais da administração pública nas áreas de educação, saúde, segurança pública, esporte, cultura e lazer e assistência social, garantindo que a comunidade escolar e as equipes das diferentes áreas de políticas públicas estejam cientes dos procedimentos a serem seguidos diante de um caso de violência extrema.

- Minimização do impacto: uma resposta organizada pode ajudar a minimizar o impacto dos traumas coletivo e individuais, evitando que eles se agravem e prevenindo as reações em cadeia e a disseminação de informações equivocadas ou prejudiciais.

- Consistência e previsibilidade: um protocolo estabelecido oferece consistência na maneira como o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente[2] [3] e, em particular a escola, podem lidar com eventos traumáticos, o que é reconfortante para todos(as) os(as) en-

2 O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) é a articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de leis e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal. O SGD é composto por profissionais da área da saúde, educação, assistência social, Conselhos Tutelares, Sistema de Justiça e Segurança Pública e sociedade civil. Ao SGD cabe promover, defender e controlar a efetivação de todos os direitos de todas as crianças e todos os adolescentes, de modo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (www.unicef.org/brazil/protecao-de-criancas-e-adolescentes-contra-violencias)

3 Para saber mais sobre sobre a atuação conjunta e articulada da rede de proteção em situações de ataques a violência extrema em escolas no Brasil, acesse: https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2311_ataques-escolas-brasil.pdf

volvidos(as) e cria um senso de previsibilidade em um momento de crise. Além disso, é possível prever caminhos para levantamento de recursos materiais e pessoais, em caráter emergencial após um ataque.

- Suporte aos afetados(as): um protocolo deve incluir orientações para oferecer suporte físico, social e emocional às vítimas e suas famílias, bem como aos colegas e funcionários(as) afetados(as), abrangendo acesso a aconselhamento, grupos de apoio, orientações jurídicas, cuidados laborais e recursos adicionais.

- Comunicação eficaz: ter um plano de comunicação abrangente no sentido do alcance, e ao mesmo tempo objetivo e informativo, no sentido da qualidade das orientações, é crucial para manter todas as pessoas informadas e evitar o pânico. Um protocolo inclui estratégias de comunicação interna (na instituição afetada diretamente) e externa (com outros órgãos, equipes de voluntários(as) e mídia) para possibilitar que as informações sejam transmitidas de maneira mais precisa e sensível.

- Recuperação a longo prazo: além de lidar com a crise imediata, um protocolo dessa natureza também deve incluir medidas para apoiar a recuperação da comunidade implicada, a longo prazo. Isso deve envolver o acompanhamento contínuo da saúde mental dos(as) afetados(as) e o fornecimento de recursos adicionais, conforme necessário, dentro das competências de cada área de política pública, notadamente da saúde e da assistência social. Na educação, deve contemplar o planejamento de um trabalho voltado para uma convivência escolar cada vez mais respeitosa, justa e democrática na escola.

Como será observado ao longo deste documento, a construção do protocolo pode ser liderada por diferentes atores, em diferentes arranjos institucionais, mas compreende-se que é fundamental que uma instância seja formalmente instituída, preferencialmente na forma de um comitê dedicado a esse tema, observando as legislações pertinentes. Também é importante destacar que caberá a cada município construir os fluxos e as pactuações sobre como os serviços necessários serão garantidos, observando que são medidas que extrapolam as atribuições das redes de educação.

Marcos legais

Este documento foi construído a partir de marcos legais importantes para o Brasil, tais como:

Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente	O ECA tem por objetivo garantir o acesso de todas as crianças e adolescentes aos direitos fundamentais, entre eles: a educação, o respeito e a dignidade. Por suposto, diante de situações de violência extrema, o respeito, a humanização e um atendimento digno às vítimas diretas e/ou indiretas são ações não apenas necessárias, mas um direito a ser garantido pela sociedade e pelo Estado.
Lei 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação	A LDB estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional, documento que também é base para o Estatuto da Criança e do Adolescente. Entre as diretrizes para o trabalho nas instituições educativas consta a gestão democrática, o trabalho com a diversidade e o apreço pela tolerância, valores importantes para ações de prevenção à violência direcionada à escola.

Lei 13.431/2017 e Decreto 9.603/2018 - Sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência	O sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência busca assegurar que a escuta das crianças e adolescentes em situações como estas seja realizada de forma adequada, evitando a revitimização, e por profissionais preparados(as) e conhecedores dos procedimentos propostos na Lei e sensíveis às demandas dessa população.
Lei 14.133/2021 - Sobre os processos de licitações e contratos administrativos	Oferece possibilidades de contratação, dentro da legislação, para os momentos de emergência ou calamidade pública.
Decreto 10.593/2020 - Sobre os critérios e as condições para declaração da situação de emergência ou do estado de calamidade pública	Decreto que descreve ações necessárias diante de uma situação de desastre e quais critérios determinam o estado de calamidade pública. A sugestão é que situações de violência direcionada à escola sejam avaliadas quanto a pertinência de serem contempladas nesses critérios por inserir toda a comunidade escolar e o território da escola atingida em um contexto de vulnerabilidade e necessária intervenção.
Decreto 12.006/2024 - Institui o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas	Decreto com o objetivo de ampliar a capacidade das escolas promoverem ações de prevenção e resposta à violência em ambiente educacional

Convivência e relações democráticas na base da prevenção e da recuperação

As orientações deste documento têm por princípio a gestão democrática – entendida neste documento como modelo de organização escolar e de rede que prioriza a participação e o engajamento coletivos, buscando garantir a equidade de acesso e garantia aos direitos, a liberdade, a participação ativa, a transparência, a divisão de responsabilidades e a descentralização das decisões.

A escola é o espaço onde se encontram as diferenças expressas nas mais diversas variáveis: gênero, idade, raça, religião, cultura, crenças, valores etc. Nesse sentido, há no espaço escolar o recorte da diversidade existente na sociedade. A função social da escola é também devolver para a sociedade seres humanos mais justos, críticos e capazes de conviver com e na diversidade, de maneira responsável e respeitosa buscando atuar para minimizar as desigualdades. Sendo assim, a convivência na escola pressupõe aprendizagens diárias mediadas por atitudes, ações, estratégias e procedimentos intencionalmente planejados e que garantam o exercício e

a vivência dos valores necessários para qualificar a convivência como ética e democrática, tais como o respeito, a justiça, o diálogo, a solidariedade dentre outros.

O planejamento do trabalho intencional, preventivo e promotor da convivência escolar ética e democrática é um fator protetivo para minimizar as desigualdades e as violências, por vezes veladas, existentes entre as pessoas que compõem a comunidade escolar. Portanto, a prevenção das violências, a participação responsável em tomadas de decisão e a resolução construtiva de conflitos demandam da escola intencionalidade e conhecimento para o trabalho da convivência diária transcendendo o paradigma reativo, de agir somente quando os problemas acontecem, para um paradigma proativo.

Planejar a convivência implica cuidar do bem-estar da comunidade escolar de tal forma que os sentimentos de confiança, de acolhimento e de pertencimento estejam presentes nas relações humanas. A construção dessa ambiência também deve atuar para desnaturalizar violências e minimizar os episódios que negam direitos e desrespeitam a dignidade das pessoas. Para tal, toda a comunidade escolar, com todos os atores, deve ser protagonista do planejamento e sistematização das ações intencionais que visam o cuidado com a convivência.

É fundamental que as experiências vividas na escola transformem as posturas de intolerância, de ódio e de rejeição às diferenças que assolam a vida em sociedade, favorecendo não só aos estudantes como também à comunidade escolar como um todo, o fortalecimento dos valores democráticos e desenvolvimento de competências sociomorais e emocionais[4] capazes de regular eticamente as relações humanas.

Enfim, o trabalho com a promoção da convivência ética e democrática deve permear todas as redes educacionais e instituições escolares, independente da existência de situações ou ameaças de ataque. Isso porque esse é um trabalho também preventivo, para que as escolas sejam mais acolhedoras, cuidadosas, tenham um clima mais positivo, democrático, permeado por relações éticas entre as pessoas. Portanto, não se deve esperar que situações extremas aconteçam para posteriormente trabalhar na promoção de um convívio social ético participativo. Além disso, são ações que devem constar no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas. É importante observar se o PPP já orienta para as ações nesse sentido e, se necessário, integrar novas perspectivas, garantindo que possa respaldar as ações de prevenção às violências, assim como ações preparatórias e de resposta a situações de violência extrema.

4 As competências sociomorais e emocionais são construções psicológicas sociais que reúnem "conhecimentos manifestos por meio de habilidades sociais, emocionais, indissociáveis da intelectualidade, expressas por juízos e ações reguladas por valores morais, sendo elas necessárias para as relações éticas na convivência de uma sociedade democrática" (Zambianco, 2020, p.382).

Breve revisão da literatura sobre ações e necessidades após ataques de violência extrema às escolas

A revisão de literatura é uma etapa fundamental na elaboração de protocolos, sendo compreendida como uma busca e análise crítica das publicações relevantes disponíveis. Seu principal objetivo é avaliar o estado atual do conhecimento relacionado ao tema em questão, identificar lacunas existentes na literatura e reunir as melhores evidências. Ao analisar as propostas e os resultados, é importante evitar transposições simplistas de diferentes culturas, levando sempre em consideração as peculiaridades e diferenças nas características, contextos e condições dos municípios de nosso país.

Para a revisão de literatura que embasou esse documento, foram considerados 58 estudos sobre ataques violentos às escolas com abordagens diversas, e 22 que versavam sobre os impactos de tais violências e de situações similares na saúde mental dos/as afetados/as e também discorriam sobre protocolos de posvenção. Com base nesses estudos, serão apresentados de forma bastante objetiva alguns elementos que contribuirão para a compreensão e desenvolvimento das orientações propostas neste documento.

A ocorrência de violência em um local que deveria ser seguro, como a escola, provoca uma profunda comoção. O ambiente escolar possui características que amplificam os efeitos dessa violência em distintos grupos sociais. Esses impactos não se limitam apenas às vítimas e suas famílias, mas afetam também todos os presentes na escola, bem como seus familiares e a comunidade ao redor, resultando em traumas individuais e coletivos, problemas de saúde, riscos de novos episódios violentos e aumento nos distúrbios mentais, no consumo de álcool e drogas, na evasão escolar, no afastamento do trabalho, nas separações conjugais, entre outros efeitos (Cox, 2023; Lebrun, 2020; Rossin-Slater, 2020).

Estudos desenvolvidos em situações de tiroteios e ataques às escolas mostram a importância de desenvolver protocolos e programas intencionais para atendimento da comunidade atingida. Na Finlândia, após a ocorrência de dois tiroteios em escolas com a morte de 19 pessoas e, consequentemente, a necessidade de oferecer apoio psicossocial para os estudantes sobreviventes e familiares, foi criado o Projeto Kauhajoki (Ala-aho, Turunen, 2012). Tal projeto, de alcance multinível e multidisciplinar, forneceu atendimento a todos(as) os(as) afetados(as) pelo evento por um período de 2 anos e 4 meses, atuando em fases distintas.

Turunen e colaboradores (2014) investigaram as percepções dos/as estudantes sobre o atendimento prestado após grandes tragédias. Os resultados evidenciaram a viabilidade do emprego do modelo aplicado tanto a curto quanto a longo prazo. Os autores destacaram a necessidade de priorizar as redes de apoio natural (pares, familiares, amigos etc) em situações de trauma significativo e de fornecer assistência profissional suplementar aos indivíduos mais vulneráveis. Além disso, enfatizaram a importância de as pessoas afetadas terem acesso fácil a rede de

cuidado e apoio em saúde mental, que precisa estar disponível por tempo suficiente, podendo variar de caso para caso.

Um estudo realizado pela Universidade de Stanford, EUA (Rossim-Slater **et al.**, 2020), revelou que a exposição de estudantes a tiroteios fatais em escolas americanas resultou em um aumento significativo no uso de antidepressivos entre os(as) jovens. No entanto, o estudo aponta que os impactos são menores em locais onde há uma maior presença de profissionais da área de saúde mental envolvidos nas ações após esses eventos violentos, atuando conforme as orientações de protocolos de pósvenção.

A National Association of Schoool Psychologists (NASP-EUA, 2020) enfatiza a necessidade de estabelecer parcerias antecipadas com diferentes órgãos e serviços para assegurar apoio adicional em situações de eventos traumáticos graves. Isso envolve um planejamento, colaboração contínua e definição clara das áreas de responsabilidade. A existência de acordos pré-estabelecidos, nos quais as responsabilidades de cada área são explicitamente definidas -, é fundamental para garantir que haja apoio suficiente em caso de uma necessidade que exceda a capacidade de atuação dos(as) profissionais existentes nos diferentes serviços. Para tanto, a colaboração eficaz entre as parcerias construídas desde o início, após um evento violento, é enfatizada como uma maneira de melhorar a eficácia e a sustentabilidade do processo de recuperação em situações de crise.

Embora exista uma vasta gama de estudos e publicações sobre esse tipo de violência (ataques a escolas, "school shootings", massacres), nem todos os países nos quais tais incidentes ocorrem, possuem protocolos sistematizados de intervenção após esses eventos. No entanto, é consenso entre especialistas que, saber como atuar de forma coordenada e eficiente nessas situações é extremamente necessário e que isso demanda organização prévia, mão de obra qualificada e disponibilidade de recursos financeiros (NASP, 2020; Ala-aho, Turunen, 2012; Cullen, 2019; Langman, 2017; Lebrun 2020).

No Brasil, apenas recentemente foram publicados estudos e relatórios sobre ataques à escolas, suas consequências e recomendações (CAMPANHA, 2023; Oliveira et al, 2023; Vinha et al, 2023; MEC, 2023a; Garcia, 2024), protocolos direcionados a segurança escolar, bem como cartilhas e guias voltados à identificação de sinais que evidenciem ameaças, segurança e prevenção nas escolas (Bello **et al**, 2022; MEC, 2023b; ABIN, 2023).

Com base na literatura nacional e internacional nessa área, análise de protocolos diversos e a partir de experiências efetivamente vividas contribuindo nas ações de resposta após ataques em escolas, foram organizadas fases e procedimentos necessários, anteriores e após o evento, apresentadas em distintas etapas de intervenção.

Ainda que não ocorra nenhum episódio que solicite a utilização do protocolo, é fundamental que os municípios possam se antecipar na construção de documentos locais que ofereçam suporte para a organização do atendimento e cuidados àqueles que eventualmente necessitem.

Fase 0 (antes de eventuais ataques) - Organização de um Comitê Local Intersetorial específico

A Fase O (Zero) pretende antecipar as necessidades diante de uma situação de violência extrema direcionada à escola e orientar a respeito da constituição de um **Comitê Local Intersetorial** que coordene as ações de recuperação e do provisionamento de recursos financeiros. O objetivo do Comitê é organizar, previamente, os fluxos e possibilidades de estabelecimento de parcerias e ações intersetoriais para que, em caso de violência extrema contra as escolas, a atuação seja mais efetiva e rápida. Ou seja, a Fase 0 é anterior à ocorrência de uma provável situação de violência.

É importante considerar que a atuação do Comitê deve ser voltada ao município como um todo, abrangendo as redes públicas de ensino, municipais e estaduais e as escolas privadas. Algumas ações de resposta serão de competência das próprias redes de ensino e, portanto, irão extrapolar a política municipal, mas é importante compreender que a criança e o adolescente são sempre munícipes e deverão ser atendidos de forma integral pelas diferentes políticas públicas.

Instâncias já existentes no município, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Municipal de Educação (CME) podem ser responsáveis pela coordenação ou organização do **Comitê Local Intersetorial**, visando o planejamento e direcionamento das ações de resposta e recuperação, assim como outras comissões já atuantes e relacionadas a esses conselhos. É sempre importante reforçar a participação do poder executivo local, por meio do/a prefeito/a, de forma a fortalecer a construção de políticas públicas.

É importante observar se outras instâncias, já previstas em outras legislações e normativas, podem ser a instância intersetorial necessária para o planejamento e direcionamento das ações de gestão da violência extrema contra as escolas. Nesse sentido tem destaque o Comitê de gestão da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos(as) adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, estabelecido pela lei 13.431/2017. De acordo com o artigo 9° do Decreto n° 9.603/2018, que regulamenta a referida Lei, todos os municípios brasileiros devem instituir o Comitê e construir um fluxo integrado de atendimento. Se o Comitê já tiver instituído, ele não só pode ser uma instância potente para articular as ações, mas também precisa estar necessariamente envolvido na discussão dos fluxos, que é essencial para garantir que a resposta às situações de crise ocorra de forma integrada ao fluxo municipal de atendimento a vítimas e/ou testemunhas de violência.

Outra instância a ser considerada é aquela instituída pelo Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres (Portaria Interministerial n° 02, de 6 de dezembro de 2012).

Esse protocolo define que os Estados, Distrito Federal e Municípios que aderirem ao Protocolo deverão constituir, em seu âmbito de atuação, comitê de proteção integral a crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de riscos e desastres, articulado aos respectivos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Direitos da Pessoa Idosa, dos Direitos da Pessoa com Deficiência e às instâncias de defesa civil.

Recomenda-se, ainda, o diálogo com a seccional da UNDIME, considerando a importância de constituir uma rede de apoio ampla para as ações e também de se fortalecer trocas de experiências entre os diferentes municípios. A UNDIME poderá contribuir para alinhar as ações às regulamentações e políticas específicas de cada estado, assim como fortalecer a identificação e mobilização de atores estratégicos com atuação regional e estadual.

1 Sobre a organização do Comitê Local Intersetorial para a preparação e resposta a episódios de violência extrema direcionada à escola

A constituição de **Comitê Local Intersetorial**, responsável por antecipar possíveis intervenções em problemas de violência direcionada à escola, tem como finalidade organizar ações de emergência imediatamente após a ocorrência do problema, de forma a favorecer o acolhimento humanizado às possíveis vítimas, seus familiares e demais envolvidos com a comunidade escolar. Espera-se que incidentes de violência contra às escolas não ocorram, mas é crucial a antecipação das articulações para preveni-los e para que haja intervenções adequadas, se necessário. O fato da intervenção já estar planejada favorece uma atuação mais efetiva, responsável e humanizada para com os(as) envolvidos(as).

A partir da experiência da composição de comissões para discussão e implementação dos fluxos de atendimento a crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência com a Lei 13.431/2017 e o Decreto 9.603/2018, sugere-se que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promova a discussão acerca do tema, organize e **coordene** os Comitês Locais.

Para tanto, é importante que haja uma articulação do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA) e que diversos representantes sejam convocados a compor o Comitê, que deve ser permanente e responder ao Conselho Municipal, devido a sua função deliberativa, de avaliação e proposição de políticas públicas.

A sugestão é que participem os representantes das principais Secretarias e Políticas Públicas envolvidas no atendimento de problemas como a violência direcionada à escola. É importante que haja uma atenção em relação à representatividade nesse Comitê, sendo consideradas as dimensões de raça, gênero e pessoas com deficiência, por exemplo, a fim de garantir discussões que abrangem a atenção para a realidade de grupos socialmente excluídos, de maneira equitativa e contextualizada.

Sugestão de composição do Comitê Local Intersetorial para gestão de crises envolvendo atos violentos direcionados às escolas:

- Representante da Rede Estadual de Educação, a partir da regional com presença no município
- Representante da Secretaria Municipal de Educação
- Representante do Sindicato dos profissionais de educação (da rede pública e privada), onde houver
- Representante da Secretaria Municipal que representa a Política da Assistência Social
- Representante da Secretaria Municipal de Saúde (especificamente a Política de Saúde Mental)
- Representante da Secretaria Municipal de Defesa Civil
- Representante da Segurança Pública
- Representante do Conselho Municipal de Educação (CME)
- Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)
- Representante do Conselho Tutelar
- Representante do Ministério Público
- Representante da Defensoria Pública ou OAB
- Representante da Secretaria Municipal de Comunicação
- Prefeito/a

Após instituído o Comitê, é preciso oficializá-lo por meio de Decreto do próprio Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou do Conselho Municipal de Educação (CME), com ato oficial do poder executivo local, especificando qual o papel do grupo e suas principais ações em situações de violência direcionada à escola.

Caso o Comitê seja criado dentro de outra instância já existente, como o Comitê instituído pela Lei 13.431/2017, também é importante oficializar que o tema da violência extrema contra a escola constará como objeto de intervenção e monitoramento desse Comitê e verificar se todos os representantes já são parte do grupo de trabalho, uma vez que todos os órgãos sugeridos neste documento são de extrema relevância para as ações necessárias neste tipo de violência.

Saiba mais: Este documento não aborda o tema da prevenção das violências, mas se soma a outras estratégias e materiais que tratam de forma ampla a relação entre educação e violências. Para conhecer materiais do UNICEF e parceiros relativos à prevenção às violências a partir das escolas, acesse: www.unicef.org/brazil/educacao-que-protege

2 Sobre o protocolo local de preparação e resposta

Em âmbito municipal, recomenda-se o estudo deste documento e a elaboração de um protocolo geral de preparação e resposta local, abarcando as especificidades locais em cada uma das fases que serão apresentadas a seguir e elaborando outras, se necessário. Assim, em uma situação de crise, a rede irá se guiar pelo protocolo local, voltando a este documento sempre que for preciso.

As escolas estaduais e privadas devem ser consideradas no protocolo geral dos municípios, com a indicação clara das responsabilidades para cada rede de ensino. As redes estaduais também podem elaborar protocolos para orientar as suas unidades, fornecendo diretrizes sobre como as escolas estaduais se articulariam à rede municipal, tanto de forma prévia, quanto em resposta a um episódio de violência.

3 Lista de ações que precisam ser planejadas pelo Comitê Local Intersetorial

Algumas ações a serem previamente planejadas pelo **Comitê Local Intersetorial** visando respostas rápidas e efetivas em caso de violência direcionada à escola:

- Articulação prévia entre as diferentes secretarias, serviços e órgãos, dos diferentes níveis – municipal e estadual, observando a importância do/a prefeito/a nessa articulação, para um atendimento eficaz e rápido diante da situação de violência e definição de papéis e possibilidades. Alguns exemplos de medidas a serem elaboradas são a: disponibilização de profissionais da área da psicologia para atendimento das vítimas diretas e indiretas, a elaboração de proposta de como esses profissionais poderão chegar rapidamente até o local para atendimento emergencial; e quais os caminhos para contratação emergencial de profissionais das áreas de psicologia e assistência social. Isso se torna crucial quando há um aumento urgente na demanda, na maior parte das vezes, muito maior que a capacidade de atendimento do município. A organização prévia de voluntariado é uma medida inicial a ser considerada, em situações de necessidade. Neste caso, é preciso que se planeje como poderão ser convocados, quais suas atuações e como serão realizadas as formações para orientá-los, por exemplo, nos Primeiros Cuidados Psicológicos (PCP).

- Elaboração de estratégias de como se dará o atendimento à escola vítima da situação de violência (funcionários/as, estudantes e famílias diretamente e indiretamente envolvidas).

- Planejamento de como será realizada a seleção, gestão e formação dos voluntários que poderão ser envolvidos em ações de recuperação. Diante de um evento trágico muitos voluntários aparecem, querendo colaborar de alguma forma. Embora bem-intencionados, algumas vezes podem gerar transtornos em um momento de crise. O planejamento deve considerar aspectos como: qual setor será responsável por gerir esse grupo; quem eles devem contatar; a elaboração de um formulário de inscrição online para análise dos voluntários que serão aceitos na ação (levando em conta a profissão, interesse de atuação, tempo disponível, etc.); e quem irá acompanhá-los. Vale ressaltar que a atuação de voluntários é especialmente útil no contexto imediato, mas não deve substituir a ação da administração municipal e suas redes na promoção de recursos pessoais e materiais e no atendimento contínuo às necessidades decorrentes da violência cometida.

- Discussão e reflexão de como se dará a relação com a imprensa em geral, estabelecendo um pequeno fluxo de ações e estratégias, por exemplo, decidindo: quem será o responsável por fazer esse contato, por atender e enviar as informações a jornalistas; organizando um pequeno documento com orientações gerais para a imprensa em casos de um ataque a fim de evitar revitimização e exposição dos autores e vítimas da violência, assim como sensibilizá-los para uma cobertura ética e responsável sobre o evento (detalhamento no item: Diretrizes para a imprensa na página 28).

- Mapeamento da rede de proteção do município com telefones, endereços e pessoas a serem contatadas em cada órgão ou serviço. É possível utilizar mapeamentos realizados anteriormente por outras comissões, comitês ou conselhos, entretanto, é preciso verificar e confirmar esses dados com frequência[5].

- Planejamento de como será feito o monitoramento das ações de atendimento à escola, à comunidade do entorno e aos afetados de maneira a garantir e colaborar para que todas as fases previstas nesse documento sejam desenvolvidas de forma responsável. Mesmo após a finalização das ações na escola, é preciso que essa instância continue atuante com o objetivo de garantir os atendimentos necessários aos afetados pela violência.

- Promoção de formações continuadas para os membros do Comitê, gestores escolares e outros atores da Rede de Proteção que possam vir a atuar nas situações de violência extrema direcionada a escolas. Tais formações podem contemplar temas relacionados tanto à prevenção do fenômeno e promoção da convivência, quanto à atuação direta em situações de violência e cuidados em fases posteriores ao evento.

- Num trabalho extenso e cuidadoso como o relatado neste documento, muitos profissionais e voluntários são chamados a prestar assistência. É importante que sejam respeitadas a cultura, habilidades, características e principalmente a dignidade da pessoa que será atendida. Imprescindível que essas pessoas que passarão a ter contato direto com as vítimas e a comunidade atingida, sejam minimamente capacitadas por um treinamento em Primeiros Cuidados Psicológicos (PCP), que indica quais as formas que trazem mais conforto, como lidar com os afetados e como lidar com segurança com a situação sem resultar em outros danos decorrentes de sua própria ação. Portanto, dentre as capacitações e formações desse Comitê instaurado, encontra-se a de PCP[6], que deve ser estendida aos demais profissionais que farão parte dos atendimentos emergenciais e de continuidade. A formação continuada em PCP objetiva fortalecer a capacidade de resposta de todas as pessoas em contato com as vítimas, mas é importante observar que os atendimentos de continuidade e, sempre que possível, também os emergenciais devem ser realizados pelos profissionais que respondem formalmente por essas ações no âmbito das políticas públicas.

- Incentivo e acompanhamento da implementação de programas voltados à promoção da convivência ética e democrática nas escolas do município, visando a promoção dos valores morais e competências socioemocionais; a prevenção da violência, discriminações, bullying etc; e a atenção aos problemas de convivência.

4 Sobre o provisionamento de recursos financeiros

Em uma situação de violência extrema em que a instituição escolar é atingida, várias ações precisam ser propostas de forma imediata (reforma dos danos causados ao prédio, contratação de profissionais para atendimento emergencial etc), o que requer recursos financeiros para sua implementação. Para tal, é preciso se antever e discutir formas de manter um recurso que possa ser disponibilizado rapidamente, ainda que esse valor não seja utilizado naquele período. Além das ações imediatas, podem ser necessários recursos para reformas que ajudem a ressignificar os espaços da escola.

Cabe ressaltar que a responsabilidade por viabilizar financeiramente as ações emergenciais, como a contratações de profissionais que atenderão as demandas da escola e das vítimas diretas e indiretas, como psicólogos(as) para atendimento emergencial, é do município, indepen-

5 O relatório "Ataques de Violência Extrema à escolas no Brasil: causas e caminhos" (Vinha, et al, 2023) possui uma breve descrição dos papéis de cada um dos serviços e órgãos que podem ser acionados e pode ser uma referência para o Comitê Local Intersetorial.

6 Primeiros cuidados psicológicos: um guia para o trabalhador de campo. Disponível em: https://iris.paho.org/handle/10665.2/7676

dente da escola atingida ser municipal, estadual ou particular. Considerando que são serviços que já integram o rol de serviços coordenados pelo município, caberá ao executivo buscar os arranjos necessários para viabilizar também as ações emergenciais, inclusive com a possibilidade de buscar maior participação do estado e da União.

Até a presente data, não existe legislação específica que determine a alocação de recursos para esse tipo de ocorrência, que demanda gastos imediatos e emergenciais (contratação de mão-de-obra extra em saúde mental, administrativa, reposição de docentes e funcionários, reforma dos danos causados ao prédio e intervenções para ressignificar o espaço das escolas, atendimento médico e medicamentos, transporte etc.). É preciso defender a formulação de legislação que possibilite a liberação de recursos específicos para a intervenção após esses episódios, oferecendo inclusive suporte financeiro para as vítimas e suas famílias.

É importante que a equipe designada a trabalhar com o ocorrido, no âmbito do Comitê criado ou designado para atuar nesse tema, faça um levantamento de Decretos e Leis Municipais, Estaduais ou Federais existentes, que versem sobre recursos emergenciais ou recursos emergenciais financeiros, que possam ser acionadas para esses tipos de eventos. Destaca-se que poderá haver, por exemplo, demanda nas áreas de saúde ou assistência social para contratação rápida de psicólogos(as), dentre outras medidas.

Uma alternativa é que os ataques de violência extrema sejam classificados como "Situações de Emergência", integrando-os à legislação existente sobre o tema, possibilitando aos Estados e/ou Municípios utilizarem recursos destinados ao socorro e assistência à população afetada. A Lei 14.133/2021 prevê a dispensa de licitações em casos de emergência ou situações de calamidade pública. Essa lei substituiu a Lei 8.666/1993, que foi revogada em dezembro de 2023. Trata-se de uma mudança recente. Entretanto, o Decreto 10.593/2020 considera como situações de emergência problemas relacionados à inundações, deslizamentos, epidemia, entre outros, mas não cita os atentados às instituições escolares. Nesse documento, recomenda-se que a tragédia gerada pelo ataque violento a instituições educativas possa ser avaliada sobre a pertinência de ser enquadrada como Emergência, pois, a despeito de não estar descrito, é um acontecimento decorrente de ação humana que insere toda uma coletividade num cenário trágico de vulnerabilidade que excede ao cotidiano de trabalho das instituições de ensino, fragilizando intensamente a população direta ou indiretamente afetada.

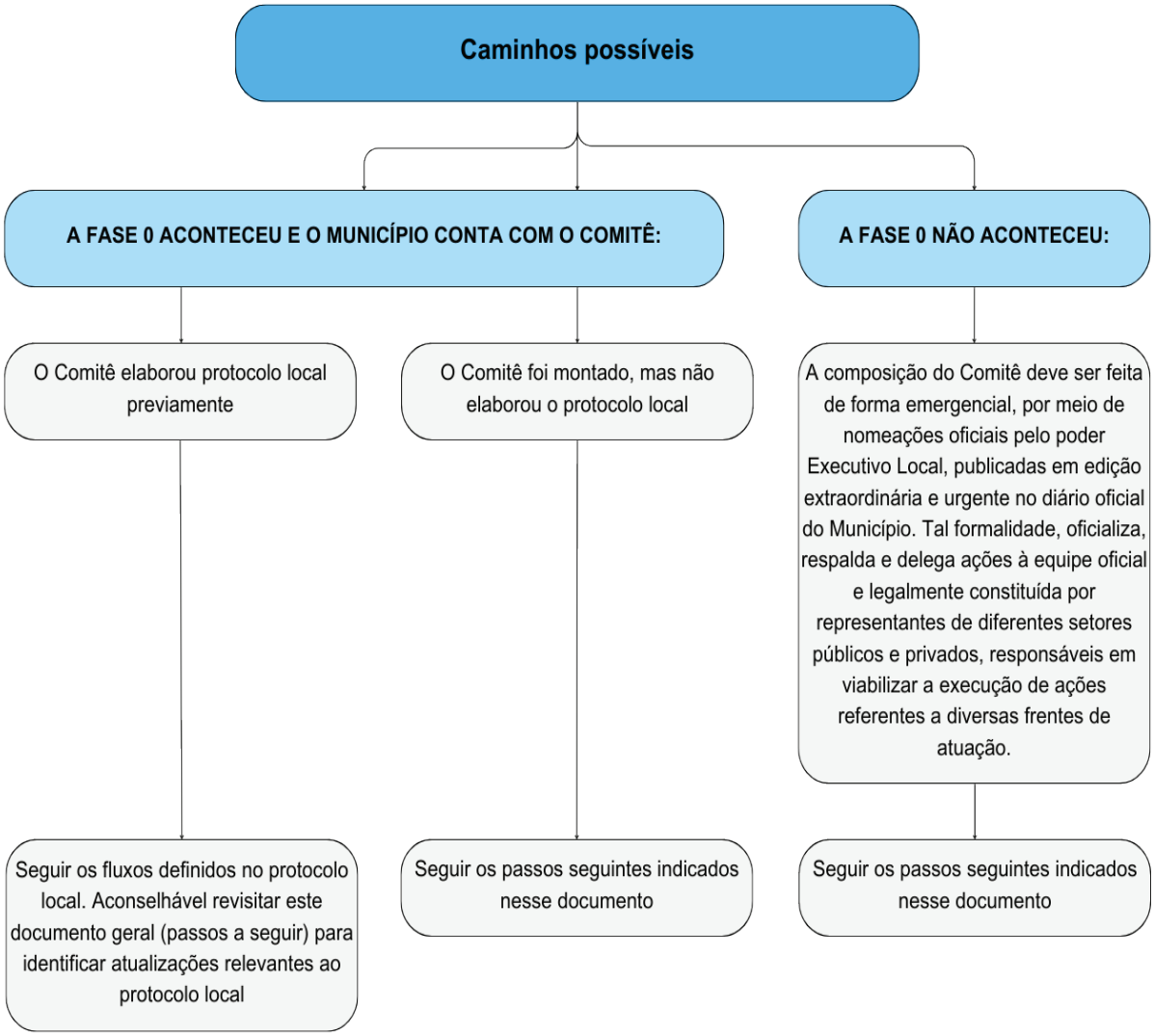
É importante ressaltar que questões relacionadas à segurança e ao bem-estar dos estudantes e dos profissionais da educação podem ser regulamentadas por legislação específica em níveis estaduais ou municipais, bem como por normas e regulamentos emitidos pelas autoridades educacionais que representam as escolas privadas locais (sindicatos patronais e dos/as professores/as).

Fase 1 (iniciada a partir do ataque) - conjuntura, avaliação do impacto e preparação

Esta fase abrange as deliberações administrativas e organizacionais necessárias para o planejamento e concretização do fluxo de encaminhamentos para o atendimento ampliado às vítimas diretas e indiretas de episódios de violência extrema direcionada à escola.

Órgão Responsável: Comitê Local Intersetorial para ações de preparação e resposta a episódios de violência extrema direcionada à escola

As ações da Fase 1 tem três caminhos possíveis:



Cabe ao Comitê a viabilização e concretização das ações de conjuntura, avaliação de impactos e preparação para fases subsequentes. Ações[7] do Comitê nessa primeira fase:

Definição do(s) local(is) e atendimentos primários

- Logo de imediato, é preciso que o Comitê identifique quem são as vítimas diretas da situação de violência para que seus familiares sejam informados de maneira cuidadosa, evitando que pais, mães, demais familiares venham a saber dos ferimentos de seus filhos e filhas de forma desrespeitosa ou até mesmo por meio de boatos que nem sempre se confirmam como verdadeiros.

- Além da informação correta são necessárias informações objetivas e específicas acerca dos hospitais para os quais as vítimas foram levadas para os primeiros socorros e, se necessário, transporte para que os familiares cheguem até o local o mais rápido possível.

- Adicionalmente ao atendimento hospitalar de emergência, as vítimas atingidas fisicamente precisam de acompanhamento sistemático por membro(s) do **Comitê Local Intersetorial** visando garantir: consultas, medicamentos, curativos, exames médicos e outros procedimentos que se fizerem necessários.

- Além disso, é importante a atenção ao acompanhamento da saúde mental e a dimensão social de cada vítima e de seus familiares, uma vez que a situação da vítima (seja ela fatal ou não) muitas vezes traz complicações para manutenção dos gastos necessários, por exemplo, do sustento da família, principalmente se ela for a principal responsável financeira.

- O atendimento imediato e o posterior acompanhamento às vítimas diretamente envolvidas precisa ser realizado de forma cuidadosa e evitando a revitimização com perguntas repetidas sobre algo já contado a outra pessoa, por isso é importante que, desde o início do encaminhamento, representantes do **Comitê Local Intersetorial** se dividam de forma que pelo menos uma pessoa fique responsável por uma ou duas famílias ou vítimas diretas, sendo esse membro que também irá cuidar da continuidade do acompanhamento na fase 2. Importante lembrar que a Lei 13.431/2017 estabelece os procedimentos a serem observados no acolhimento e escuta de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência.

- Quando houver necessidade de reforma na estrutura física da escola atingida, além de informar rapidamente a comunidade escolar que a escola estará fechada por determinado período, é preciso considerar a organização de um local próximo à instituição, onde todos possam ser acolhidos e as orientações possam ser dadas aos familiares e demais envolvidos, como por exemplo a sede da associação de moradores, salões de festa, clube, etc.. É importante que esse local seja encontrado o mais rápido possível para preparação das dependências, permanecendo disponível até a Fase 3, na retomada das atividades letivas da escola. Assim que o local for estabelecido e a equipe de acolhimento inicial for alocada, informa-se às pessoas envolvidas sobre o endereço, assim como sobre as atividades e atendimentos que serão feitos.

- A escola atingida geralmente atende famílias de diferentes bairros da cidade. O levantamento de quais bairros fazem parte da comunidade escolar atingida - famílias e profissionais que atuam na instituição - deve ser imediatamente utilizado para que membros do **Comitê Local Intersetorial** organizem para quais equipamentos (públicos e/ou privados) devem ser encaminhados os atendimentos advindos do episódio de violência extrema, assim como, cabe também ao Comitê o mapeamento da rede de proteção citado na fase anterior. A depender do município, as unidades de saúde podem variar nas diferentes regiões e bairros (Unidades de Saúde da Família, Postos de Saúde, Centros de Saúde, Unidades Básicas de Saúde e Postos Avançados registrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES). No

7 As ações devem ocorrer paralelamente, de maneira concomitante, não havendo na sequência, necessariamente, uma ordem cronológica.

entanto, é essencial que haja disponibilidade de atendimento médico e psicológico em locais o mais próximo possível das residências de todas as vítimas (diretas ou indiretas). Uma alternativa no caso de não haver garantia de atendimento próximo à residência é a disponibilização de transporte para a unidade de saúde mais próxima, o que dependerá das condições de cada município, lembrando que todas essas medidas envolvem todos os setores de políticas públicas.

- Todas as informações sobre os locais de acolhimento primário, bem como, demais atendimentos, transporte para deslocamento etc, precisam chegar até a comunidade diretamente envolvida (profissionais da escola, estudantes e famílias) o mais breve possível. Opções de divulgação: por meio da veiculação da informação via carro de som no bairro da escola e bairros vizinhos; mídias televisivas, rádio e/ou nas redes sociais e sites jornalísticos, por exemplo. Ou pela via formal de comunicação da escola com profissionais e famílias (e-mail, sistema, WhatsApp). Vale ressaltar, que é importante um alinhamento interno do Comitê Local sobre o que é veiculado e como, a fim de garantir a objetividade e a chegada de informações comuns por todas as vias escolhidas.

Atos administrativos (portarias, resoluções e/ou decretos) para otimização do fluxo

Diante da urgência que a situação requer é necessária a regulamentação por atos oficiais do executivo (municipal ou estadual) para atendimento adequado à escola, tais como:

- Adiamento do cumprimento de cronogramas e prazos mais imediatos e organização da adoção posterior de medidas para reposição de carga horária das atividades escolares, bem como provas ou outras atividades avaliativas, respeitando as necessidades decorrentes da violência vivida e o ritmo de recuperação da instituição.

- Nomeação temporária de profissionais para apoio integral à comunidade escolar afetada: equipe gestora, administrativa, pedagógica, serviços gerais e/ou operacional.

- Contratação emergencial[8] de serviços e/ou profissionais que se fizerem necessários para atendimento das urgências de Fase 1.

- Organização e formação de profissionais para os Primeiros Cuidados Psicológicos (PCPs) como uma resposta imediata a pessoas em situação de sofrimento. Além da contratação de serviços e profissionais, os voluntários e psicólogos(as) da própria Rede de Proteção devem ser preparados para o atendimento emergencial que tem por objetivo oferecer escuta, apoio e cuidados de forma não invasiva; avaliar necessidades e realizar encaminhamentos; oferecer conforto e informações às pessoas atingidas e protegê-las de danos adicionais.

Sobre o cuidado com os/as funcionários/as da escola atingida e o sofrimento gerado em decorrência do trauma, é preciso verificar e viabilizar:

- O registro da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) - A CAT tem a função de notificar a Previdência Social sobre a ocorrência para garantir ao trabalhador, a assistência médica

8 Apoio legal: Lei 14.133/2021 - Lei de licitações e contratos administrativo (Nova Lei das Licitações) Art. 75.
VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.

necessária. A emissão da CAT é de responsabilidade da instância empregadora que é obrigada, por lei (Lei 8.213/1991) a informar o acidente até o dia útil seguinte.

- Liberação de profissionais (efetivos, contratados e terceirizados) imediatamente após o ocorrido (suspendendo o trabalho, assim como as aulas) e articulação imediata para liberação dos profissionais dos outros locais em que eventualmente também trabalhem (é comum, por exemplo, que professoras(es) atuem em mais de uma instituição de ensino).

- Possibilidade de uma licença para a equipe de funcionários(as) efetivos(as), contratados ou terceirizados da escola (se for o caso), que atuaram no manejo direto do ataque. Articular diretamente com os envolvidos sobre tal decisão.

- Possibilidade de afastamentos, se for o caso. É fundamental que o Comitê local organize e garanta à equipe de profissionais da escola um contato individualizado a fim de conhecer demandas específicas das vítimas diretas e indiretas, assim como, demonstrar a disponibilidade e acolhimento necessários para o enfrentamento e superação do trauma. Inclusive garantindo que os profissionais da instituição atingida possam viver o luto, ser acolhidos diante de suas necessidades e até substituídos para encerrar as demandas do ano letivo, se for o caso.

Limpeza da escola atingida

- É imprescindível a limpeza e remoção imediata dos vestígios deixados por uma morte e/ou feridos. No entanto, nunca por profissionais que atuam na escola atingida - independente de ser uma unidade pública ou privada, considerando os vínculos e abalo emocional a que estão submetidas essas pessoas logo após a situação. É indicado o remanejamento de profissionais de outras unidades (quando são escolas públicas) ou a contratação pontual do serviço (quando são escolas privadas) para a realização da limpeza. Importante que as autoridades policiais liberem o local para a limpeza, após a coleta de possíveis provas.

Diretrizes para o trabalho das equipes voluntárias

- Diante da comoção que, em geral, é causada por situações como essas, muitas pessoas desejam ajudar e se colocam à disposição para doações, atendimentos voluntários e diálogos com as vítimas dos ataques. Além disso, como indicado anteriormente pode ser necessário o convite ao voluntariado para atuação imediata, enquanto as contratações emergenciais não forem efetivadas.

- O **Comitê Local Intersetorial** deve designar uma única pessoa, responsável por fazer um levantamento (via formulário eletrônico, por exemplo) de quem são os(as) voluntários(as), seus contatos, por quanto tempo se dispõem a atuar. Isso porque é muito comum que muitas pessoas tenham disponibilidade apenas para atuações pontuais. Essa mesma pessoa de posse desse levantamento, deve então, organizar as equipes voluntárias, com o objetivo de sistematizar as ações e não sobrecarregar a unidade escolar e as vítimas diretas e indiretas. Apesar da boa intenção de cada pessoa, é importante que as ações estejam alinhadas com as necessidades da comunidade e fluxos do protocolo, sendo respeitosas para aquele momento. Com isso, é preciso orientá-los sobre os protocolos, serviços disponíveis, o que não fazer, onde procurar ajuda e esclarecimento de forma que possam se sentir preparados para lidar com a situação, passando por formação específica (treinamento em PCP), seja atuando com escuta das vítimas ou para realização de círculos de acolhimento.

- Vale ressaltar que para um atendimento continuado, o ideal é contar com as Políticas Públicas existentes no território, de forma a ampliar capacidades instaladas e a garantir que haja uma identificação da demanda e das pessoas envolvidas, assim como um trabalho de acompanhamento contínuo, mesmo após decorrido um tempo da situação.

- É essencial uma ação coordenada tanto em termos de logística de doações, diretrizes e ações a serem tomadas, quanto do acolhimento e escuta em grupo e individual dos envolvidos para que não haja revitimização e tão pouco sobreposição de ações durante a resposta.

- Todos(as) os profissionais que forem realizar algum tipo de escuta ou atendimento com as crianças e adolescentes que testemunharam a situação de violência precisam estar preparados e capacitados com base no Protocolo de Atendimento às Vítimas e/ou Testemunhas de Violência do município a partir das diretrizes da Lei 13.431/2017.

- É importante que a equipe de voluntariado seja orientada quanto à não exposição das informações e/ou ações que estão desenvolvendo, quer nas redes sociais ou em outras mídias, bem como sobre as diretrizes de contato com a imprensa abaixo descritas.

Diretrizes para a imprensa

- As assessorias de imprensa (tanto do Município quanto do Estado), devidamente representadas no Comitê Local Intersetorial, devem conduzir a veiculação das notícias sobre o fato, instrumentalizando as diferentes mídias aos potenciais riscos referentes a coberturas sensacionalistas, ao uso indevido de imagens[9] e ao aumento do sentimento de insegurança e de pânico da população. Não deve ser permitida a presença da mídia nas dependências da escola, logo após o evento e quando houver a presença de estudantes. No entanto, é importante que reformas e outras mudanças que possam ocorrer na escola sejam divulgadas pela mídia em geral, com enfoque nas providências tomadas pela instituição. Tomar conhecimento sobre encaminhamentos para a retomada das atividades escolares gera confiança e contribui para que não haja evasão.

- As assessorias devem ser orientadas sobre quem é o profissional da escola que será porta-voz da instituição, evitando buscar contato com outras pessoas.

- As pessoas diretamente envolvidas na situação (profissionais da unidade escolar, estudantes e familiares) serão procuradas pela mídia para passar informações sobre a situação. Para que haja o devido cuidado com as informações repassadas e exposição dos envolvidos, sugere-se considerar o quadro a seguir.

Imprensa - orientações básicas: Gerenciar a comunicação com a imprensa após um incidente violento em uma escola é uma tarefa sensível que exige consideração e planejamento estratégico. O objetivo é proteger a comunidade escolar envolvida e a instituição, evitando exposições desnecessárias. É crucial evitar dar destaque ao agressor e aos procedimentos empregados, minimizando o risco de um efeito contágio. Algumas ações que podem orientar a escola nesse processo:

1 Conversar com todos (funcionários, docentes) para evitarem falar com a mídia e o porquê disso e ter um porta-voz designado pela escola para lidar com a imprensa. Lembretes importantes para a equipe da escola:

- cuidado para não divulgar imagens de circuito interno para mídia e redes sociais;
- evitar divulgar e postar imagens dos estudantes (redes sociais, grupos etc);
- restrição de quem acessa a escola, principalmente, após ataques

9 No Brasil, a divulgação de imagem ou nome completo de menores de 18 anos, ou seja, crianças e adolescentes, é crime (BRASIL, 1990a). Quando se trata de vítimas, a exposição de imagens, vídeos ou informações sobre os eventos violentos dos ataques às escolas desrespeita os direitos humanos e constitucionais, uma vez que os familiares das vítimas têm o direito inquestionável da preservação de sua imagem e honra, principalmente diante de eventos tão trágicos.

2 O porta-voz designado pela escola deve divulgar boletins e informações com frequência sobre as ações que estão sendo feitas e as que serão desenvolvidas, contribuindo para evitar que boatos e fakenews se espalhem.

3 Preparar um comunicado oficial da instituição que seja objetivo e informativo.

4 Manter a comunicação com a imprensa centralizada na pessoa previamente responsável por isso buscando evitar a disseminação de informações errôneas.

5 Dar ênfase às histórias das vítimas e às ações de solidariedade na comunidade.

6 Evitar mencionar o autor do ataque pelo nome, evitando fornecer detalhes sobre ele e sobre o incidente, de forma a não contribuir para com a notoriedade do perpetrador.

7 Respeitar as investigações em curso e não divulgar informações que possam comprometer o processo.

Apoio jurídico para as vítimas e seus familiares

Na composição do **Comitê Local Intersetorial** é importante que exista um profissional da área do Direito para orientar os responsáveis da equipe sobre informações jurídicas necessárias após um evento do tipo, tanto para as vítimas diretas como indiretas. Os possíveis tipos de apoio jurídico são:

- Se houve perda de familiar, informar quais os próximos passos a serem trilhados: seguro, auxílio funeral, inventário ou arrolamento; dar entrada em pensão por morte; como registrar o óbito; informar se existem instituições e serviços públicos e gratuitos disponíveis para essas questões; direito ao fornecimento de medicamentos pelo município ou estado.

- Se houver necessidade da pessoa depor como testemunha em processo criminal, explicar como se dá esse procedimento e quais os direitos dessa testemunha:

  > Todas as crianças e adolescentes que forem testemunhar acerca do ocorrido precisam estar protegidos pela Lei 13.431/2017, de forma que os profissionais que fizerem a escuta ou receberem o depoimento também estejam preparados para tal dentro do que estabelece a legislação, protegendo as vítimas de escutas invasivas e/ou repetições desnecessárias acerca da situação.

  > O CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público orienta sobre todos os direitos garantidos às vítimas, no curso de uma investigação criminal ou cível, disponíveis para acesso diretamente no site da instituição[10].

  > Caso o município possua Defensoria Pública, essa tem o papel de garantir a assistência jurídica em ações cíveis às pessoas comprovadamente hipossuficientes e na defesa dos direitos da criança e do adolescente (e famílias), como assistentes do MP nas ações criminais. Advogados também atuam nesse papel, através do convênio existente entre a OAB e a DPE (Defensoria Pública Estadual), na ausência desta no município.

10 Disponivel em: https://www.cnmp.mp.br/defesadasvitimas/vitimas/direitos-das-vitimas#:~:text=A%20v%C3%ADtima%20tem%20direito%20a%20buscar%20a%20repara%C3%A7%C3%A3o%20dos%20danos,P%C3%BAblica%20ou%20de%20advogado%20constitu%C3%hADdo

O que fazer imediatamente após um ataque

O(a) profissional que estiver na coordenação das ações imediatas à ocorrência deve:

- Em caso de um ataque, a Polícia Militar deve ser acionada imediatamente por meio do número 190. Da mesma forma, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) deve ser contatado pelo número 192. É essencial que todos(as) os(as) profissionais das escolas estejam cientes desses contatos para uma rápida resposta em situações de emergência.

- Assim que o incidente for comunicado ao Comitê, os coordenadores devem se deslocar imediatamente ao local para avaliar as necessidades urgentes e fornecer instruções preliminares, sempre em conformidade com as diretrizes das autoridades policiais.

- As ações iniciais devem ser direcionadas para a divisão das tarefas mais críticas, como notificar as famílias, encaminhar estudantes e orientar funcionários para retornarem às suas residências, identificar quem necessita de assistência emergencial (além dos feridos) e preservar o local do incidente.

- Além disso é importante designar uma pessoa ou mais, dependendo da quantidade de vítimas, para contatar suas famílias, prestando esclarecimentos sobre o ocorrido, para onde foram levadas, acompanhando cada uma delas e atuando na articulação com os demais setores para atendimento às necessidades que possuem (apoio psicológico, social e/ou jurídico).

- Adicionalmente, é preciso convocar os integrantes do **Comitê Local Intersetorial** para um planejamento de ações imediatas (administradores, segurança, saúde mental etc).

- Confirmar se todos estão em segurança física e psicológica (se há alguém em risco ou sofrendo com consequências psicológicas, se houver, encaminhar a atendimento de emergência)

- Rever rapidamente o protocolo, quando existente, para implementar os primeiros passos da Fase 1.

- Coordenar as ações juntamente com as pessoas que já fazem parte do Comitê e que tenham conhecimento de suas responsabilidades de acordo com o protocolo e a partir da análise da situação.

- Comunicar-se com quaisquer vítimas sobreviventes e suas famílias, informando-as sobre como acessar o apoio disponível. Em caso de vítima fatal, faça as comunicações devidas juntamente com as autoridades. Dê atenção à família da vítima em primeiro lugar ao invés dela receber notícias por terceiros.

- Gerenciar o atendimento à imprensa - a comunicação precisa ser clara e, assim que possível, é necessário receber os jornalistas em uma coletiva com representantes das autoridades ou mesmo com as autoridades que coordenaram a intervenção, para esclarecimentos sobre o ataque e as providências encaminhadas, de forma precisa. Posteriormente, seguir as sugestões que constam no item “Diretrizes para a imprensa”.

- Realizar triagem imediata de intervenção para enfrentar consequências psicológicas e mentais de urgência, assim como crises em que haja severa desorganização mental em decorrência do trauma.

- Identificar o espaço e os membros da equipe que irão fornecer serviços imediatos de saúde mental. A equipe de saúde deve realizar uma triagem identificando aqueles que provavelmente apresentam alto risco de trauma psicológico: aqueles com proximidade física e emocional do evento, incluindo funcionários, indivíduos com vulnerabilidades pré-crise e aqueles que apresentam reações de crise mais graves. É preciso ouvir as vítimas diretas e indiretas, buscar por aqueles que estavam no local no momento do ataque e solicitar ajuda aos afetados para identificar outros que também estejam em sofrimento e sem suporte ou conhecimento de como buscar ajuda. Uma triagem bem-feita também ajuda a identificar aqueles com menos risco, tornando a resposta de intervenção da escola muito mais eficiente (No item “Identificação e organização

das informações sobre todas as vítimas diretas para acompanhamento", na fase 2, página 33, há uma descrição detalhada de como fazer a triagem e acompanhamento das demandas).

- Designar o profissional de saúde mental ou os responsáveis pelo setor na Secretaria de Saúde para responder e gerir os recursos de apoio externos (voluntariado) que compareçam à escola ou ofereçam ajuda. Esse profissional deve ser da rede de saúde do município, mas poderá contar com profissionais da psicologia que atuam em outras políticas setoriais, desde que preparados para os atendimentos e acolhimentos necessários.

- Após as primeiras ações emergenciais, a escola permanecerá fechada em decorrência da ação da polícia. Neste momento, espera-se que todos os encaminhamentos urgentes de saúde já tenham sido realizados. A partir de então, o Comitê, juntamente com a gestão da escola, precisará organizar um espaço para as próximas ações: reuniões, organização e levantamento de demandas, encaminhamentos, planejamentos, orientação presencial à imprensa e etc. Dessa forma, é preciso escolher um local, de preferência externo à escola e informar à comunidade afetada sobre esse local.

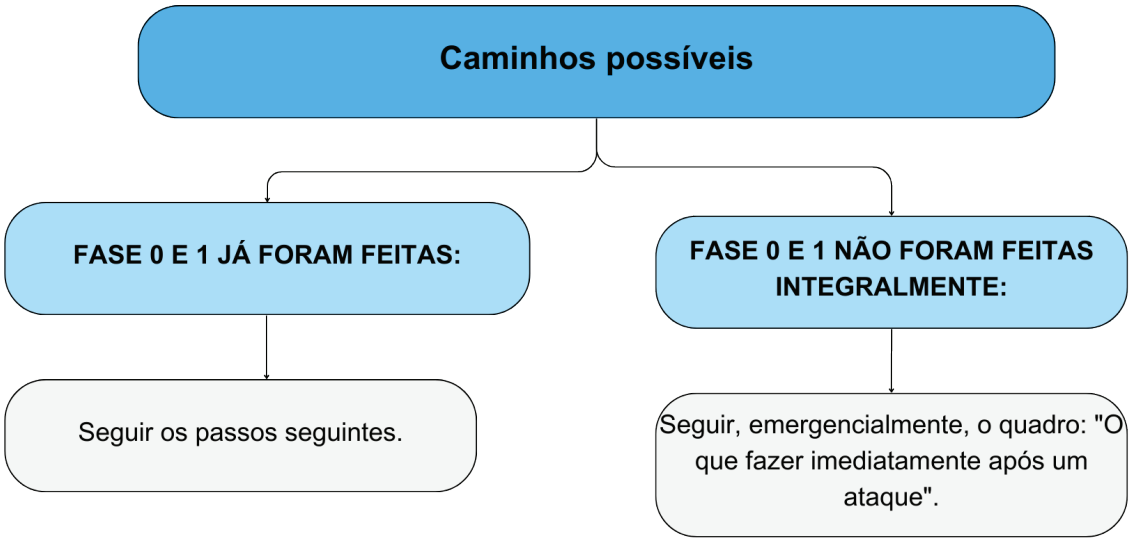
Ressalta-se que o trabalho do Comitê local deve ocorrer de maneira ininterrupta (incluindo finais de semana e feriados, se for o caso). Uma situação de crise por violência extrema na escola exige respostas rápidas – o maior erro é a demora e a inação. É fundamental a transparência, a precisão e a ampla disseminação das ações encaminhadas e das que virão.

Fase 2 (Ampliação das equipes e das ações) - Resposta integrada considerando as prioridades

Responsáveis: Comitê Local Intersetorial e a escola atingida.

Essa fase refere-se à organização e implementação das ações de intervenção inicial e de caráter de urgência (destaque para as ações urgentíssimas e imediatas). Importante destacar que as ações da fase 2 ampliam a fase 1, envolvendo equipes de profissionais compostas e solicitadas na fase 1.

As ações da Fase 2 tem dois caminhos possíveis:



Entretanto, cabe ressaltar que os itens previstos na fase 1 são de extrema importância para o atendimento humanizado às situações de violência e não devem, de forma alguma, ser negligenciados pelos responsáveis pela intervenção. Portanto, é importante retomar concomitantemente a descrição das fases 0, 1 e 2 e garantir que todas as ações sejam implementadas na íntegra.

Direcionamento de Assistentes Sociais e de Psicólogos(as) da Rede de Proteção e de outros grupos voluntários - cuidados individuais e coletivos

- É fato que danos psicológicos são gerados após uma situação de violência extrema e é de conhecimento que o Estado tem um papel elementar na garantia de um atendimento digno e imediato às vítimas diretas e indiretas. Dessa forma, é preciso que haja um direcionamento, por parte do **Comitê Local Intersetorial,** acerca do encaminhamento dos profissionais da área psicossocial.

- A prioridade deve ser de oferecer acolhimento e atendimento com os profissionais que já compõem a própria Rede de Proteção do território e que conhecem a realidade da escola e das famílias atendidas no local. Ou seja, se houver psicólogos(as) nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) para os primeiros atendimentos à escola, estes devem ser deslocados para a unidade e para o espaço escolhido para acolhimento inicial. Caso não haja uma equipe de saúde mental ou o número seja insuficiente, é preciso que outros profissionais sejam contratados para essa ação. Outra possibilidade é acionar profissionais que atuam tanto no SUS (Sistema Único de Saúde) quanto no SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e que tenham experiência em atendimento a situações de vulnerabilidade ou violência para auxiliar neste primeiro momento de acolhimento às vítimas diretas, indiretas e demais membros da comunidade escolar.

- O diálogo com os serviços da Política de Assistência Social como CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e outros equipamentos favorecem a atuação da Rede de Proteção. Tanto o **Comitê Local Intersetorial**, quanto a própria escola, podem e devem ter o mapeamento dos serviços e órgãos da rede que atendem o território da escola atingida.

- A presença de voluntários e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ou diferentes instituições também é uma forma de garantir o atendimento. Entretanto, como citado na fase anterior, é preciso cuidado na coordenação dessas ações para que não se tornem ações isoladas, sem continuidade e em excesso, de forma a sobrecarregar a comunidade escolar com ações demasiadas e pouco acolhedoras. É importante reforçar também a necessária formação em Primeiros Cuidados Psicológicos (PCPs) dos voluntários para o atendimento emergencial.

Identificação e organização das informações sobre todas as vítimas diretas para acompanhamento

- Após oferecer os primeiros socorros e o primeiro acolhimento à família, é preciso um levantamento de informações sobre as vítimas e as principais necessidades das mesmas para acompanhamento pelo **Comitê Local Intersetorial** que deve garantir um atendimento humanizado e prioritário dentro das Políticas Públicas existentes. Como dito anteriormente, sugere-se que as e os representantes do Comitê se dividam de forma que pelo menos uma pessoa fique responsável pelo acompanhamento de uma ou duas famílias ou vítimas diretas.

- A triagem e mapeamento das vítimas deve ser realizado por meio dos profissionais da Rede de Proteção e responsáveis pelos Primeiros Cuidados Psicológicos (PCPs). É preciso entrar em contato com aqueles que podem estar em maior sofrimento ou demandando cuidados, mas que não buscaram por ajuda, por exemplo, amigos próximos às vítimas fatais ou feridas, estudantes da classe em que houve os disparos, professores/as ou pessoas que presenciaram a situação de violência etc.

- Em um local seguro e de confiança, essas pessoas podem ser ouvidas e indicarem outras que também precisam de ajuda, de forma que tais informações são colocadas em uma planilha para construção do mapeamento das vítimas e suas necessidades.

- O quadro a seguir sugere uma planilha simples para monitoramento das ações necessárias à cada uma das vítimas:

Nome da vítima	Familiares / contato	Principais necessidades	Forma de contato	Data	Encaminhamentos realizados	Monitoramento (após 1 dia)	Status	Membro responsável
Exemplo: José (Adolescente ferido)	João (genitor) / Telefone de contato: ...	Ferimento com arma de fogo - cirurgia e internação.	Presencial, telefone, outros		Transferência para hospital estadual.	Atendimento realizado e família assistida quanto às visitas (transporte para outra cidade)	Em acompanhamento.	
...								

- A coluna das principais necessidades pode ter subdivisões com a classificação do tipo de necessidade.
- É importante colocar a data em que cada registro foi feito.
- O monitoramento deve ser rápido e atender a urgência que a situação requer. Uma necessidade médica precisa ser atendida imediatamente, por exemplo, assim como questões funerárias e jurídicas.

Identificação e organização das informações sobre vítimas indiretas (estudantes, familiares, profissionais da escola, comunidade do entorno) para acompanhamento.

- Uma situação de violência extrema requer um olhar atento para todos(as) aqueles(as) que estavam no local na hora do incidente, mas não necessariamente foram fisicamente atingidos, como os familiares dos estudantes e dos profissionais da escola, bem como os próprios profissionais da instituição e a comunidade do entorno.
- Todos esses envolvidos também precisam ser cuidados e devem ter acesso a acompanhamento psicológico mais pontual ou continuado, se necessário. É fundamental um espaço de escuta e acolhimento que deve ocorrer tanto em grupo quanto individualmente.
- Para essas vítimas também se faz necessário uma organização a respeito de suas demandas e encaminhamentos necessários, bem como, a designação de pessoas que ficarão responsáveis por realizar esse acompanhamento, o que novamente pode ser facilitado pelo quadro a seguir.

Grupo a que pertence:	Contatos	Principais necessidades	Encaminhamentos realizados	Monitoramento	Ações a serem providenciadas:	Status	Membro responsável
Ex.: Professores/as que estavam na escola no momento da situação de violência	Ana - ... Maria - .. João - ...	Acompanhamento psicológico e solicitação de transferência de unidade escolar	1. UBS do território; 2. Recursos Humanos do setor.	1. Aguardando atendimento em grupo proposto pela unidade 2. Aguardando retorno do setor.	Cobrar novamente no dia seguinte	Em acompanhamento	
...							

Importante: Nos casos em que a escola tenha sido evacuada rapidamente, é natural que as pessoas deixem pertences para trás. É preciso desenvolver um processo cuidadoso e coordenado para devolver bens pessoais a funcionários e estudantes, principalmente das vítimas. Nesses casos (em que há vítimas fatais e feridas), é importante consultar as autoridades policiais que

irão determinar quais itens constituem provas. É recomendável recolher os pertences com zelo, identificando a quem pertence, armazenando-os em local preservado (quando não se tratar de provas) e comunicando aos familiares que estão à disposição para serem retirados em determinado local quando se sentirem aptos a irem buscar.

Sobre a Lei 13.431/2017 e a preservação de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência:

A Lei 13.431/2017 e o Decreto 9.603/2018 tem por objetivo organizar SGDCA (Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes) para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência de forma a não revitimizá-los diante de perguntas ou intervenções inadequadas no momento da escuta e acompanhamento da situação.

No caso de situações de ameaças ou ataques direcionadas a unidades escolares, as/os estudantes que presenciaram a situação devem ser ouvidos com base na Lei e com os cuidados necessários para garantir a sua proteção.

Na hipótese de testemunhas que precisam ser ouvidas judicialmente sobre o ocorrido, o procedimento deve ser realizado por meio do Depoimento Especial. É importante ressaltar que pessoas bem-intencionadas que desejam "ajudar", mas não foram preparadas para realizar a escuta e os Primeiros Cuidados Psicológicos (PCPs) em situações de violência podem prejudicar ainda mais a saúde emocional dos envolvidos, gerando revitimização e sofrimento diante de perguntas inadequadas, curiosidades sobre o ocorrido e pouco acolhimento diante da situação.

Estrutura física da escola atingida: reforma/reparos/mudanças em geral

- Retornar à escola após a situação de violência geralmente é traumático para as vítimas diretas e indiretas. Olhar para o local dos tiroteios, marcas de tiros ou sinais do ataque pode gerar gatilhos e sentimentos diversos. Por isso é orientado que haja uma reforma no local antes do retorno dos estudantes e profissionais que ali atuam. É desejável que, na medida do possível, haja a participação de integrantes das equipes gestoras e docentes nas decisões sobre essa reforma discutindo o projeto, quais alterações e as necessidades da escola. É interessante também que um integrante do **Comitê Local Intersetorial** possa participar e acompanhar as ações que estão sendo realizadas.

- É importante, também, planejar como será realizada a segurança física da escola, antes do retorno dos estudantes ou das aulas, de forma a garantir um sentimento de maior segurança e confiança de toda a comunidade escolar nesse espaço.

A importância da segurança da escola, mas não de aparatos ou policiais na escola:

Pesquisas sobre o tema da violência extrema direcionada a escolas (Peterson, Densley, Erickson, 2019) indicam que a contratação de policiais ou agentes de segurança armados não é eficaz para prevenir ataques na escola, assim como o emprego de câmeras de vigilância, detectores de metal e outros aparatos.

Os autores deste tipo de "ataque" pouco se preocupam com a possibilidade de serem pegos ou, até mesmo, morrerem durante a ação. Também desejam ser vistos e reconhecidos pelo que fizeram. Os profissionais da área de segurança são vistos, em geral, como mais um desafio para eles e as câmeras servem para dar a visibilidade que tanto buscam.

Além disso, a presença de policiais e de vigilância dentro das escolas gera efeitos negativos no clima escolar, na forma como os conflitos são tratados e na aprendizagem da convivência coletiva (Gawley, Cuellar, Coyle, 2021; Sorensen et al., 2023). Ao implementar estratégias de segurança é fundamental considerar cuidadosamente os possíveis impactos negativos e buscar abordagens que minimizem esses efeitos.

O contato com as famílias

- É fundamental que sejam organizadas reuniões presenciais para que as famílias da escola atingida tenham contato com a equipe da escola, bem como, representantes do **Comitê Local Intersetorial**, a fim de receberem as informações das ações já desenvolvidas referentes à segurança e saúde, as que estiverem em andamento e as previstas.

- É também o momento de esclarecer sobre possíveis encaminhamentos pedagógicos que garantam um retorno paulatino aos conteúdos programáticos.

- É preciso informar às famílias sobre os contatos para orientação e esclarecimento de dúvidas e escuta disponibilizados pela pela instituição e onde buscar apoio psicológico ou médico na rede de saúde pública ou particular (voluntariado), caso precisem.

- Trata-se de compartilhar com as famílias as ações de curto, médio e longo prazo, e ao mesmo tempo, acolher as sugestões para análise de pertinência, esclarecer dúvidas e endossar a necessidade de atuação em conjunto por parte de ambas as instituições - família e escola.

- A gestão da escola tende a estar sobrecarregada e emocionalmente abalada ou insegura para esse primeiro contato com as famílias. Portanto, deve haver uma pessoa para ser o apoio da gestão nesse momento de reunir as famílias, um representante do **Comitê Local Intersetorial** como porta-voz da escola, ou alguém que a gestão da rede indique.

- Caso a organização das reuniões demande um tempo maior da equipe gestora, outros meios devem ser utilizados a fim de levar rapidamente às famílias, as informações sobre as providências tomadas quanto à segurança, ao apoio psicológico e às questões pedagógicas - pequenos vídeos gravados senão pela gestão, por pessoas que sejam referências da escola para a comunidade de famílias e responsáveis.

- Além de reuniões em grupos menores, é possível realizar momentos de acolhimento com as famílias, conforme será descrito nos tópicos a seguir.

Ações para o acolhimento inicial das pessoas atingidas direta e indiretamente.

A suspensão das aulas em uma escola afetada por um episódio de violência extrema deve ocorrer considerando que, diante das circunstâncias trágicas, o mais importante são as pessoas. Nesse sentido, o cumprimento do calendário letivo e dos conteúdos programáticos não deve se sobrepor aos cuidados com as pessoas da escola (docentes, gestores(as), funcionários(as) e estudantes).

Durante a primeira semana após o evento, sem deixar de cuidar das individualidades das pessoas envolvidas, como anteriormente mencionado, é imprescindível planejar e organizar um ambiente de acolhimento com foco no coletivo e nos grupos, assim como planejar a reabertura da escola. Para isso, as escolas podem recorrer a práticas de acolhimento com as quais já estão familiarizadas, considerando que a escuta e o diálogo já devem ser parte da prática

pedagógica cotidiana, mas trazendo a intencionalidade de lidar com um momento bastante crítico, o que exige preparação e alguns cuidados.

A programação de retomada, ou seja, de retorno à escola e reinício das aulas, deve ser feita considerando o tipo de violência e os danos causados, o tamanho e as características da escola e de sua comunidade. Sendo assim, algumas ações que são funcionais para escolas pequenas podem não ser para aquelas de maior tamanho e quantidade de atendimento. Dessa forma, as ações sugeridas a seguir devem ser adequadas à realidade local de cada instituição e comunidade escolar. Como indicado, é sempre interessante revisitar práticas que já funcionam em cada contexto. Também é fundamental que as ações estejam articuladas com a secretaria de educação.

Algumas sugestões para a organização destes momentos:

- Como mencionado no item "Definição do(s) local(is) e atendimentos primários", dependendo do dano causado e da necessidade de reformas no prédio para ressignificação dos espaços e reparação de danos que tenham sido causados por ocasião da violência, é recomendável reservar um espaço distinto, mas próximo da unidade escolar, para desenvolver essas ações. De preferência que tenha um salão mais amplo para momentos coletivos e salas menores para propostas em grupos.

- Dividir em dias e horários os tipos de públicos que serão recebidos, de acordo com a possibilidades do espaço. Sugere-se uma divisão que favoreça o desenvolvimento das ações de acolhimento e o planejamento de atividades subsequentes, como, por exemplo, o acolhimento aos estudantes organizado pelos próprios docentes e gestores da escola atingida. Ou seja, o primeiro grupo a ser acolhido é o de profissionais que atuam na escola (docentes, gestores e funcionários). O segundo grupo é o das famílias dos/as estudantes e o terceiro grupo é composto pelos/as estudantes[11].

- As ações de acolhimento são importantes para que as pessoas entendam como e porque ocorrem esses tipos de violência, para que possam compreender e falar sobre o evento, entendendo-o como um fenômeno complexo. É também um espaço para se compreender que não há culpas individuais e dividir as dores e olhar para seus sentimentos é parte do processo de superação.

Cuidados antecedentes à organização e acolhimento de todos os grupos:

- Os convites para as atividades devem ser realizados de forma acolhedora, informando que vários esforços estão sendo feitos para ouví-los e compartilhar das dores e superações, orientando sobre quando e onde serão recebidos. É importante que nesse momento seja percebido se as pessoas têm como chegar ao local e, sempre que possível, buscar formas de viabilizar o deslocamento de quem possa ter dificuldade para isso. As ações preparatórias permitirão identificar previamente as possibilidades de apoio nesse sentido.

- Avaliar, com o setor de segurança pública, a possibilidade de reforço na segurança no entorno da escola no momento de retorno dos grupos. Experiências mostram que nesse primeiro momento essa medida pode trazer mais conforto e segurança para a retomada das atividades. Contudo, é importante ponderar casos em que a maior presença de forças de segurança próximo à escola possam acirrar tensões e afastar determinados grupos de estudantes, como aqueles com trajetória de conflito com a lei. Importante considerar que o objetivo maior deve ser reforçar o direito à educação de cada menino e cada menina.

---

11 As atividades destinadas ao grupo de estudantes estão descritas na Fase 3, pois fazem parte do retorno às atividades letivas da escola.

- Providenciar uma equipe de psicólogos (as) disponíveis no local em espaços reservados para receber individualmente as pessoas que precisarem nesses dias. Considerar o tamanho dos grupos e programação escolhida para realizar a escala dos profissionais. Se não houver profissionais do município ou rede, deve-se valer de voluntários. As orientações acerca da atuação com a equipe de voluntariado serão feitas nos tópicos seguintes.

A seguir, serão descritas orientações para o acolhimento das equipes que trabalham na escola e de familiares dos estudantes.

Grupo 1: docentes, funcionários e gestores da escola atingida. Esse é o primeiro grande grupo para quem se deve pensar um processo de cuidado coletivo e o retorno, uma vez que é preciso fortalecer essa equipe para realizar o acolhimento dos demais[12]. É, portanto, indicado que esse grupo tenha alguns dias sem a presença de estudantes na escola, para que os adultos possam ser acolhidos, escutados e, com apoio, possam pensar em como organizar os espaços e a retomada das aulas com os estudantes.

- OBS: É importante fortalecer condições para que a equipe gestora participe do acolhimento e tenha seu espaço e tempo garantidos para receber atendimento psicológico e para compartilhar sentimentos. Há grande chance dessa equipe se esquivar desses momentos por motivos diversos, como envolvimento com providências para o retorno das atividades da escola e com atendimento às demandas externas, mas pode haver também insegurança de se expor junto ao grupo, angústias em decorrência do ocorrido, dificuldades em entrar em contato com esses sentimentos, etc. Dessa forma, é importante respeitar o tempo de cada pessoa. A participação em grupos de apoio deve ser sempre voluntária.

Da mesma forma, é fortemente recomendável que a equipe de funcionários(as) de serviços gerais (limpeza e cozinha), mesmo que terceirizada, seja incentivada e sejam dadas condições para participar dos momentos de acolhimento e de planejamento da retomada da escola e das aulas.

Também é recomendável que o/a dirigente municipal de educação, assim como equipes gestoras do nível central, participem dos momentos de acolhida. Além de também estarem potencialmente impactados, é fundamental que possam fazer a escuta dos demais colegas e demonstrar o apoio da gestão nesse momento crítico.

Propostas para a retomada do Grupo 1:

- Ao enviar o convite, ter cuidado para que haja uma mensagem acolhedora, com informações claras sobre o horário e dia do retorno do grupo e das demais atividades. Neste convite é importante informar o local, bem como ressaltar a existência de apoio da segurança pública e de psicólogos(as) no local. Vale lembrar que o tempo para este primeiro momento pode ser menor do que o turno de trabalho comumente realizado, considerando a readaptação.

- Preparar um ambiente acolhedor para receber as pessoas antes de entrarem para a primeira atividade, É recomendável um lanche especial e tempo para as interações espontâneas. É um momento importante onde, geralmente, acontecem os (re)encontros e conversas espontâneas. Há grandes chances de haver comoção, no entanto há também muito acolhimento entre pares. A equipe de psicólogos(as) precisa estar atenta para intervir, mas, apenas se preciso. Para escolas com grande número de docentes e funcionários(as) sugere-se que esse encontro não aconteça com todos ao mesmo tempo, combinado horários ou turnos diferentes para a chegada.

12 É necessário lembrar que alguns podem estar de licença ou não se sentirem confortáveis para estarem presentes e é preciso respeitar o momento de cada um.

- Após o momento de interação espontânea, é preciso reunir todas as pessoas, agradecer a presença de todos e falar da delicadeza desse momento, acolhendo os sentimentos e reconhecendo que é uma situação dolorosa, que ninguém está preparado para um acontecimento desse (é possível citar a perda das vítimas) e reforçar que é no coletivo e juntos que será possível cuidar e amparar uns aos outros.

- Nesse momento é necessário realizar uma apresentação objetiva do que está sendo proposto para os próximos dias. O cronograma ajuda na organização emocional dos envolvidos, pois saber como será a rotina e os próximos acontecimentos na escola dá maior sensação de segurança e controle.

- Após a apresentação, sugere-se a realização de duas atividades: 1. Oficinas para expressão dos sentimentos e 2. Círculos de Acolhimento[13] (modelo de roteiro em anexo). Essas ações devem ser organizadas previamente com a devida preparação dos(as) facilitadores(as). As salas precisam estar dispostas em círculo para uma melhor comunicação entre os participantes e, no caso dos jogos, é possível organizar pequenos grupos que passarão por diferentes vivências.

- Quando são equipes numerosas, ou, há poucos profissionais disponíveis para a condução dos círculos, pode-se realizar as duas atividades simultaneamente: parte da equipe nos círculos e parte nas oficinas para falar dos próprios sentimentos e emoções por meio de jogos[14] que também podem ser feitos com estudantes. No segundo momento os grupos trocam de atividade. Há também a possibilidade das oficinas serem oferecidas depois dos círculos, num segundo momento de encontro com esse grupo 1.

- Após as primeiras ações de acolhimento com o Grupo 1, é recomendado realizar uma reunião com a equipe gestora e docentes para planejar a retomada das aulas, observando sempre o papel do Projeto Político Pedagógico nesse processo. Nesse encontro, podem ser discutidas as propostas e os apoios necessários, como o suporte da equipe psicológica. Uma estratégia é começar com uma escuta ativa, pedindo que os participantes pensem no que vivenciaram com os círculos e oficinas, e se essas propostas ou outras que permitissem a expressão de sentimentos e o apoio coletivo também seriam válidas com estudantes. É esperado que o grupo esteja mais apático, abalado com o ocorrido. Sugere-se que sejam preparadas previamente algumas propostas de atividades que podem ser desenvolvidas com os estudantes e apresentá-las para análise pelo grupo. São válidas diferentes formas de expressão, plástica, gráficas, musicais, dança, imagens, etc. É importante incentivar a participação, organizar as sugestões e validar as ideias com os profissionais da escola, ajustando-as conforme a realidade do dia a dia. Afinal, são eles que conhecem os/as estudantes e conseguem entender melhor as necessidades de cada turma. Observações para o planejamento das atividades com os estudantes:

> Para escolas que possuem mais de um nível (Ed. Infantil, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio), é sugerido que o planejamento seja pensado por segmento, considerando as especificidades da faixa etária, bem como, a proximidade com a situação, com as vítimas e o autor do ataque, sendo importante, uma atenção ainda maior para as turmas diretamente envolvidas. Vale ressaltar que mesmo as turmas que não tenham envolvimento direto, por exemplo, que estudam no turno contrário ao da situação, precisam de do mesmo cuidado com o planejamento do retorno com foco no acolhimento, espaços de escuta e atividades criativas É preciso ainda conversar sobre como será a recepção e a conversa inicial com os estudantes. Esta é uma das questões mais delicadas e sensíveis para os docentes.

> Cabe ressaltar que, no caso de vítimas entre os estudantes, é preciso pensar em atividades diferenciadas para as turmas atingidas diretamente,com maior suporte de profissionais

13 A experiência nas ações de posvenção já realizadas, inclusive com escuta de professores/as, gestores/as e funcionários/as atendidos/as, apontou que os círculos de acolhimento foram os meios mais efetivos de realizar essa primeira escuta de forma respeitosa e cuidadosa com todos(as) os(as) envolvidos(as).

14 Sugere-se para realização da oficina os jogos e discussões do livro: TOGNETTA, L. R. P. A formação de uma personalidade ética: os pressupostos teóricos. In: TOGNETTA, L. R. P. A formação da personalidade ética: estratégias de trabalho com afetividade na escola. Campinas: Editora Mercado de Letras, 2009.

da área psicossocial, seja em conjunto com os docentes na aplicação da atividade, seja no apoio externo àqueles que precisarem de cuidados e escuta individual.

> No caso de crianças pequenas[15], da educação infantil, é preciso cuidado nas propostas a serem desenvolvidas. Os/as estudantes que não presenciaram ou não ficaram sabendo do ataque não precisam ser provocados a falar sobre o tema. Os/as professores/as desse segmento podem realizar atividades diferenciadas voltadas à expressão de sentimentos, mas sem fazer menção ao ocorrido. Já as crianças que de alguma forma presenciaram a situação precisam de um acolhimento diferenciado que pode ser realizado separadamente e, caso uma criança que não presenciou traga o assunto para o grupo, ela pode ser acolhida pelo professor com quem tem vínculo e encaminhada para esse grupo diferenciado.

Grupo 2: familiares - O acolhimento dos familiares precisa ser pensado com muito cuidado e deve acontecer antes do retorno dos estudantes. É importante que as famílias tenham informações sobre como será o retorno à escola das crianças e jovens, assim como as medidas de segurança, acolhimento e cuidado com a dimensão emocional.

Propostas para acolhimento do Grupo 2:

- Antes do retorno dos estudantes é recomendável que sejam oferecidos espaços em grupos para escuta e acolhimento para familiares, como os círculos de acolhimento realizados com os profissionais da escola e que sejam divulgados de maneira convidativa, com clareza acerca do objetivo desses momentos, as datas, horários e locais que serão realizados.

- Juntamente com os círculos, ainda antes do reinício das aulas, é preciso realizar encontro(s) presencial(s) com as famílias (organizadas de acordo com o tamanho da escola). Essa reunião precisa ser cuidadosamente planejada porque é o primeiro momento desse grupo com a escola depois de terem vivido uma enorme violência. Algumas considerações:

> É preciso um convite acolhedor, comunicando a importância de se reunirem depois do ocorrido e a necessidade de fortalecimento e união dessa comunidade nesse processo, que serão apresentadas informações sobre o reinício das aulas e sobre as ações que estão sendo desenvolvidas. Neste convite é preciso deixar claro que o momento é para encontro coletivo, mas que estão sendo oferecidos outros para a escuta em pequenos grupos por meio dos círculos de acolhimento (colocar as datas e locais) e que, em breve, a escola dará outras informações sobre reuniões de cada classe. Pode-se informar, novamente, os contatos para orientação e esclarecimento de dúvidas.

> Em escolas públicas é recomendável que sejam disponibilizados transportes e oferecido um lanche ao chegar. Tais informações devem constar no convite.

> É importante que haja uma equipe de psicólogos(as) em salas individuais para atendimento se necessário. Além disso, ter outros profissionais durante a reunião preparados para identificar quem não está se sentindo bem, para que seja abordada de forma acolhedora e, se for do desejo da pessoa, acompanhá-la para uma escuta qualificada com o(a) psicólogo(a).

> Organizar cuidadosamente o espaço de forma que todos(as) consigam estar bem acomodados(as), ouvir e ver a apresentação.

> É recomendável nesse encontro que haja a presença dos Secretários da Educação, Saúde, Assistência Social e da Segurança, um representante da equipe gestora da escola e, se houver apoio de outras instituições como a Universidade, do coordenador dessas ações.

---

15 O podcast "Como conversar com crianças sobre ataques em escolas" do "O assunto" pode auxiliar no planejamento para essa faixa etária. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=uvCDwS0CSVk.

> O início da reunião pode ser de homenagens às vítimas.

> É importante considerar que pais, mães e demais responsáveis estão inseguros e também abalados emocionalmente, por isso, é válido que sejam apresentadas de maneira clara e objetiva, de preferência com uso de recursos audiovisuais, as ações realizadas e também aquelas que ainda serão desenvolvidas nas próximas fases de acordo com cada área (medidas de segurança adotadas, relacionadas ao suporte psicológico, sobre a reforma e retorno às aulas etc) e para os diversos grupos que constituem a comunidade escolar.

> Ao apresentar o cronograma de retorno às aulas e as propostas que serão desenvolvidas com os estudantes é importante explicar como se dará a segurança e o apoio emocional na escola nas próximas semanas.

> Antes do momento da escuta e dos círculos de acolhimento, é válida uma apresentação breve mostrando alguns estudos sobre violência extrema de modo que as famílias compreendam o que aconteceu, como esse fenômeno tem ocorrido no país e que possam esclarecer dúvidas e rever crenças equivocadas como, por exemplo, a de que a escola foi negligente ou culpada do que ocorreu.

> Antes de finalizar, informar novamente que estão ocorrendo círculos de acolhimento incentivando a participação e entregar por escrito todas as informações sobre o retorno às aulas. Esse mesmo informativo deve ser enviado para todos(as) os(as) responsáveis.

> Ao encerrar, sugere-se que se realize uma dinâmica que incentive a união. Um exemplo é distribuir cartões em forma de folhas para que escrevam o que desejam para a escola nesse recomeço. Na saída as folhas vão sendo penduradas em uma "árvore" colocada em lugar de destaque na escola para que todos(as) possam ler os votos das famílias.

> **Importante:** Não é recomendável que essa reunião ocorra de forma virtual. No ambiente on-line não há o contato presencial com o outro, o apoio, o abraço, a empatia. É impossível oferecer uma escuta qualificada e o acolhimento necessário se torna difícil. Além disso, o ambiente on-line é propício a comentários hostis "protegidos" por pseudônimos e a possibilidade de outras pessoas estranhas à comunidade participarem nos chats, gerando tumultos.

- As principais informações apresentadas na reunião poderão ser transmitidas novamente de diversas formas, como por meio de vídeos, por escrito, em programas de rádio, redes sociais etc.

Alinhamento e acolhimento da equipe de voluntários que atuará na retomada das atividades da escola

Após a preparação e sistematização inicial das ações de acolhimento na escola atingida, é preciso organizar um momento com todos(as) os(as) voluntários(as) e profissionais que realizarão esse processo. A equipe de profissionais das diferentes áreas (saúde, assistência social, educação) que atuará nos primeiros dias de retomada das atividades na escola deve ser orientada sobre o planejamento do retorno, bem como, se possível, vivenciar as atividades de acolhimento previstas para as equipes de profissionais e de estudantes - círculos, jogos para a expressão de sentimentos, oficinas de escuta e acolhimento, antes de iniciar o atendimento previsto. A partir da vivência há maior segurança para a condução junto à comunidade da escola.

Da mesma forma, após encerrada as fases de acolhimento aos funcionários, familiares e estudantes, é necessário um momento de acolhimento com os voluntários e profissionais da área psicossocial que realizaram a acolhida e o suporte psicológico. É preciso cuidar de quem

cuida. É importante que todas essas ações estejam alinhadas ao Projeto Político Pedagógico da escola e observem as deliberações já tomadas em relação a esse tema.

Monitoramento das necessidades de atendimentos à comunidade externa da escola diretamente atingida e encaminhamentos levantados na Fase 1

- Após a organização das ações de acolhimento, o **Comitê Local Intersetorial** deve monitorar quais ações já foram realizadas, que devem ser registradas por meio de quadros ou planilhas que indiquem o que e como está sendo feito e o que ainda falta fazer, com reuniões frequentes com os responsáveis por essas ações, articular os setores que precisam atuar no que for necessário, assim como possíveis necessidades de encaminhamento e planejar a continuidade das ações de acolhimento.

- Dependendo da gravidade da situação, é possível que alguns grupos necessitem de mais acompanhamento que outros.

Ações de cooperação, suporte ao funcionamento administrativo e pedagógico da escola atingida

As orientações a seguir podem ser consideradas, após a consulta e alinhamento com as instâncias responsáveis em cada rede de educação, considerando que podem ser questões pertinentes ao Conselho Escolar, à área de recursos humanos, dentre outras instâncias, e de acordo com as consequências psicológicas e mentais em cada profissional:

- Em caso de necessidade de licença de algum membro da equipe gestora da escola, é importante buscar um substituto que esteja alinhado com a sensibilidade aos desafios presentes, especialmente no que se refere às questões emocionais. Simultaneamente, essa pessoa deve ser uma liderança proativa.
Vale ressaltar que é sugerido também que a equipe gestora, em especial, a direção, possa ter o apoio de um(a) gestor(a) experiente de outra unidade que possa auxiliar ou mesmo substituir temporariamente nas demandas burocráticas necessárias. Isso com apoio da Secretaria Municipal de Educação e tendo essa decisão tomada em conjunto, inclusive sobre quem será esse profissional. A violência extrema em uma escola gera profundos impactos nos gestores. É preciso, nesses momentos, consultar e respeitar aquilo que a equipe gestora consegue e gostaria de fazer (caso não haja afastamento), sem forçá-la a realizar tarefas e atender demandas. Às vezes, alguns profissionais se sentem bem acompanhando a reforma, cuidando do lanche e café, contatando os estudantes e suas famílias, mas não se sentem bem conversando com a imprensa, assumindo a comunicação ou reuniões com as famílias. Neste caso, identificar outros profissionais da escola que, com anuência da direção, possam exercer temporariamente essa função.
É importante considerar ainda que, em momentos mais desafiadores como, por exemplo, a reunião de pais ou comunicação com a mídia em geral, mesmo que o(a) diretor(a) queira estar a frente, ter outro profissional da escola no apoio para assumir, se necessário.

- Após as ações emergenciais, é fundamental que haja escuta dos diferentes grupos da escola, assim como participação nas decisões. Para tanto sugere-se que se constitua uma **comissão de diálogo permanente,** oficializada pela Secretaria ou Comitê, formada por representantes de docentes, equipe gestora, funcionários, estudantes e família que se reúna periodicamente com integrantes do Comitê Local Intersetorial. Essa comissão também deve acompanhar as ações que estão sendo desenvolvidas (que devem estar descritas com visibilidade), levar demandas e propostas. Os integrantes devem efetivamente ser representantes eleitos pelos pares

(e não escolhidos por serem mais ativos ou estarem mais disponíveis), mesmo que a comissão vá se constituindo paulatinamente.

- Caso existam docentes que não queiram mais voltar a dar aulas no estabelecimento, é possível que a secretaria precise lidar com a substituição do quadro de profissionais. Uma sugestão é a de buscar saídas para a recontratação de quem já está na escola e deseja continuar e/ou a convocação dos aprovados em concursos para suprir as vagas que estão em aberto na escola (secretaria, vice-direção, coordenação). É preciso cuidar dessa questão de forma imediata em decorrência do tempo envolvido nesse processo burocrático para que efetivamente assumam as vagas.

- No momento de retorno dos/as estudantes à escola não se deve focar em ações pedagógicas visando o fechamento de notas ou a recuperação daqueles dias letivos em que a escola permaneceu fechada em decorrência da situação de violência. É preciso, antes de mais nada, favorecer as interações e o apoio mútuo, estimular e acolher os sentimentos de todos os envolvidos de diversas formas, fomentar vínculos e cuidar do pertencimento de estudantes e profissionais no ambiente escolar, fortalecendo, assim, a comunidade como um todo.

- O conteúdo a ser trabalhado nas semanas subsequentes deve ser replanejado e revisto, de forma a atender a necessidade pedagógica mais urgente, porém considerando a complexidade da situação, o sofrimento ainda presente e a fragilidade dos/as estudantes.

Preparação para a reocupação da escola - retorno paulatino da comunidade escolar para seu local de origem

A fim de favorecer um retorno acolhedor e gradual para estudantes e profissionais da escola, é preciso um planejamento cuidadoso por parte da própria instituição com a parceria do **Comitê Local Intersetorial**:

- É importante reforçar os benefícios de restaurar uma rotina (isso não significa proceder como se nada tivesse acontecido). Voltar à rotina permitirá que tanto os/as estudantes quanto os/as funcionários/as cerquem-se de apoios e possam alcançar uma certa estabilidade e conforto entre pares.

- A equipe que acompanha as ações (**Comitê Local Intersetorial**) de resposta e recuperação deve manter-se presente na instituição. O retorno permitirá que os efeitos na saúde mental dos/as estudantes sejam monitorados com mais facilidade do que permanecendo em casa.

- Tanto gestores quanto docentes devem levar em conta que as tarefas diárias devem ser flexíveis, levando-se em conta a dinâmica necessária para recuperação. É importante facilitar o retorno dos/as estudantes aos estudos, começando com expectativas mais leves em termos de tarefas e desempenho.

- Em caso de escola de tempo integral, caso seja possível, é desejável retornar apenas meio período por alguns dias – é preciso revisar o cronograma e efetuar ajustes. Informar de forma clara quando as aulas reiniciarão e quanto tempo durarão, por quantos dias. Contudo, a necessidade desse retorno paulatino deve ser avaliada caso a caso.

- Estar atento(a) para a possível necessidade de limitar inicialmente o uso das campainhas entre aulas e intervalos, balões que podem estourar, portas batendo e outros sons podem impactar nas pessoas, devido às lembranças relacionadas ao momento, principalmente se a violência envolveu armas.

- Considerar momentos formativos a médio e longo prazo aos funcionários e famílias, sobre os impactos do trauma no ensino, aprendizagem e comportamento para que possam compreender reações e estar atentos a sinais que indiquem a necessidade de procurar ajuda.

- As pessoas destinadas a "cuidarem" das vítimas diretas e indiretas, sejam funcionários da instituição, da saúde mental ou social, necessitam do mesmo cuidado: é importante que tenham tempo para se reunirem e receberem apoio também. Alguns estudos demonstram que o trabalho com o trauma dos atingidos, os afetam da mesma maneira.

- Considerar a possibilidade de contar com apoio de psicólogos(as) em local reservado na instituição nos primeiros dias de aula, de forma excepcional e emergencial considerando os impactos da situação sofrida. Esses profissionais podem ser de diferentes políticas setoriais do município ou voluntários. O objetivo é estarem disponíveis para atender estudantes, professores/as e funcionários/as nos primeiros dias de retorno à escola, com foco em uma abordagem emergencial, observando os encaminhamentos necessários para os casos que precisam de atendimento especializado para os profissionais da saúde mental. Além de passar a informação desse serviço para todos(as), podem ser espalhados cartazes pela unidade em diferentes locais indicando onde estará sendo oferecido. Esses profissionais devem relatar para o responsável pelo **Comitê Local Intersetorial** os casos atendidos e aqueles que precisam de encaminhamento. Quanto maior o impacto da violência sofrida, mais atenção deve-se dar a essa ação. Após o período inicial, é altamente recomendável fortalecer os mecanismos de identificação de demandas de atenção em saúde mental, assim com os fluxos de encaminhamento, considerando que é esperado que manifestações do trauma vivido, como crises de ansiedade e agressividade, ocorram após semanas ou meses do ocorrido.

- Memoriais: É esperado que haja manifestações espontâneas de homenagens às vítimas por parte de pessoas externas à escola, como, painéis, pinturas e flores, assim como manifestações e cultos na escola. Se por um lado é uma homenagem e manifestação do luto e solidariedade pelo ocorrido, por outro, com o tempo, isso faz com que alguns revivam constantemente o ocorrido. É recomendável que a comissão de representantes analise como se sentem e como gostariam de conduzir essas situações e quando gostaria que fossem removidos. A construção de um memorial permanente às vítimas é uma parte importante do processo de superação do luto pela comunidade, servindo como homenagem, possibilitando às pessoas expressarem seu luto, contribuindo com o apoio mútuo e também como uma forma de que a tragédia não seja esquecida. No entanto, é importante lembrar que cada pessoa e comunidade tem diferentes maneiras de lidar com a tragédia e o luto. O que funciona para um indivíduo ou comunidade pode não funcionar para outro. É essencial respeitar essas diferenças e garantir que qualquer ação tomada, como a criação de um memorial permanente, seja feita de maneira sensível e respeitosa. Essa decisão tem que ser da comunidade escolar e não de agentes externos. A escola não precisa ter pressa na criação de um memorial permanente e também optar por não criá-lo.

Sugestões de atividades que podem ser reconhecidas como memoriais:

- Oportunidades para criar um livro de recordações.
- Distribuição de fitas de memória com cores específicas e dizeres.
- Escritas de poemas, história ou música sobre a perda e o luto.
- Criação de um memorial vivo, ou seja, que beneficie a vida de outras pessoas (projetos, doações ou trabalhos voluntários para programas específicos).
- Uma placa memorial contendo o(s) nome(s) da(s) vítima(s), uma citação significativa ou um poema, e a data do incidente.
- Criação de uma escultura ou uma obra de arte simbolizando o ocorrido
- Uma ala especial da escola com o nome da vítima
- Plantar uma árvore
- Vivenciar o que a pessoa gostava: festa, jogos, danças, artesanatos...

Importante: Reiteramos que no atendimento às famílias e aos profissionais da escola, assim como nos primeiros dias de reabertura da instituição surgirão inúmeros imprevistos e que a flexibilidade, adequação, apoio, paciência e cuidado será fundamental em todo esse processo. Uma violência extrema afeta a todos(as) de diferentes formas e cada um lida com o ocorrido de maneira distinta e em tempos diferentes. É muito importante que integrantes do Comitê que estão atuando diretamente na escola se reúnam todos os dias avaliando o que está sendo feito e replanejando as ações. Os responsáveis pelos diversos setores envolvidos também devem se reunir com regularidade, particularmente nos primeiros dias para alinhamento das ações e novas providências.

Fase 3 (retorno das atividades letivas no espaço da escola) - Restauração - retomada e continuidade das ações

Órgão Responsável: Comunidade Escolar, com destaque para a Secretaria de Educação, com o apoio do Comitê Local Intersetorial

O retorno ao espaço físico da instituição vitimizada é algo doloroso para a comunidade escolar, ainda mais quando houve vítimas fatais e ninguém fica imune às emoções presentes no retorno ao espaço escolar. São encontros carregados de dor, tristeza, medo, mas também, de alegria, esperança e gratidão. Em paralelo, a enorme preocupação de toda a equipe de profissionais quanto à tendência de aumento da evasão assim como, diminuição da procura por vagas na escola. A partir do retorno ao espaço físico é longo o caminho de reparação dos danos psicológicos e de restauração das rotinas institucionais. É também uma oportunidade para ressignificar o trabalho pedagógico e da convivência na escola. Para tanto, o planejamento deve considerar as **ações de médio e longo prazo a serem construídas e adotadas pela instituição**.

É de extrema importância que a Fase 1 e 2 sejam implementadas conforme apresentadas nas propostas deste documento, mas adequando-as ao contexto vivido. Porém, caso o processo tenha caminhado para o retorno dos estudantes e funcionários para a escola, sem os cuidados anteriores para com as pessoas afetadas pela situação de violência, é fundamental uma busca minuciosa pelas vítimas diretas e indiretas e a garantia de acolhimento e conforto para o momento do retorno às atividades. Os profissionais envolvidos na resposta devem retomar o documento e as fases anteriores o mais breve possível, especialmente no que tange aos cuidados com a saúde mental dos envolvidos e fortalecimento do coletivo, porque será com e no coletivo que se promoverá o apoio mútuo, o pertencimento e o bem-estar emocional.

Ressalta-se que é muito importante, especialmente quando houver vítimas fatais, que todos os profissionais da escola e as famílias dos mais afetados pela violência sejam procurados individualmente por integrantes do **Comitê Local Intersetorial** para serem ouvidos, demonstrando interesse e preocupação do Estado com seu bem-estar. Tais contatos não podem demorar para acontecer, pois a experiência mostra que muitas pessoas afetadas se sentiram ressentidas e negligenciadas pelo fato de não terem sido procuradas ou ouvidas.

Implementando as ações para o acolhimento das e dos estudantes na escola

Ações com o grupo 3: estudantes (por turmas/segmento) - Assim como para os adultos, o retorno para estudantes precisa ter o foco no acolhimento e espaços para a manifestação dos sentimentos e

informações acerca da segurança e da situação (respeitando as idades e necessidades das turmas). As ações devem ser pensadas em conjunto com o corpo docente e gestor da escola e não impostas por quem estiver apoiando a instituição, ainda que possam ser sugeridos caminhos.

- No primeiro dia **de retorno** das e dos estudantes à escola devem ser implementadas as ações coletivas (planejadas pelas equipes docentes e descritas na fase 2) com tempo e espaço para interações espontâneas e para falar sobre o ocorrido.

- Essa volta dos estudantes pode acontecer com todas as turmas ou com as turmas escalonadas em turnos/dias diferentes, considerando o tamanho da instituição e as condições de retorno da equipe docente. O tempo de permanência na escola também pode ser menor que o de costume. O retorno desse grupo deve ocorrer diretamente no espaço da escola, evitando ações de saída como ida ao teatro ou cinema, neste primeiro momento. O foco é a ocupação e ressignificação do espaço. Sugere-se lanches especiais nesses dias.

- É um momento em que a equipe gestora e os profissionais realizam o acolhimento dos(as) estudantes, convidando-os para verem as reformas e mudanças efetuadas, além de outros comunicados que entendem ser pertinentes. Os/as estudantes são convidados a participar de propostas onde possam se manifestar sobre sentimentos e necessidades por meio de atividades que envolvam dimensões socioemocionais, artísticas e culturais, como, por exemplo, a realização de círculos de acolhimento, o trabalho com rotação por oficinas (de expressão por meio das artes e escrita; tertúlias literárias; fotografia; vídeos; jogos de expressão dos sentimentos; criação de mural, roda de dança, teatro, yoga...). Essas atividades devem ser livremente escolhidas e não impostas, considerando a idade dos estudantes, com a opção de haver inscrições prévias. Além disso, é possível que instituições ou que pessoas da sociedade civil possam oferecer voluntariamente outras oficinas que se alinhem a essa proposta, se for da vontade da escola. Recomenda-se que sejam elas desenvolvidas em duplas de docentes/voluntários e que se fique atento aqueles estudantes que necessitam de um acolhimento individual ou direcionamento para a conversa com o(a) psicólogo(a).

- É muito importante que os espaços da escola sejam organizados para favorecer a interação social dos estudantes, para que possam estar juntos, conversar, apenas estarem próximos sem realizar nenhuma atividade. Para isso recomenda-se espalhar em distintos espaços na escola, puffs, almofadas, toalhas de mesa, mesas circulares com cadeiras, entre outros recursos que permitam o agrupamento. Disponibilizar jogos de tabuleiro, baralhos, boliches, bolas etc que possam escolher livremente.

- Muitas vezes as professoras(es) estão inseguras(os) sobre como receber os estudantes e como conversar com eles nesse primeiro momento. Essa recepção inicial precisa ter sido conversada durante o planejamento, na fase 2. Uma sugestão é realizar um momento coletivo por segmento, na chegada, onde as pessoas que se sentem mais seguras conduzem o acolhimento, ou mesmo por turma, com um professor da classe realizando esse diálogo. Em seguida é apresentada a organização das atividades para que os estudantes possam participar e nesse momento, deve ser informado que haverá uma equipe de profissionais para atendimentos individuais disponível, para aqueles que sentirem necessidade. Recomenda-se que se planeje outras possibilidades de pessoas da escola ou do Comitê assumirem esse diálogo inicial porque, às vezes, os/as professores/as e gestores/as se sentem abalados, tendo dificuldades de abordar o ocorrido.

- Caso opte-se por realizar os círculos também com os/as estudantes, garantir que uma pessoa de referência da escola que tenha a confiança dos estudantes (professor ou outro profissional) esteja também presente, promovendo um momento de maior acolhimento e segurança. Círculos necessitam que os participantes sintam-se à vontade para falar de si e os adolescentes necessitam de uma conexão anterior, construída com o tempo, para que isso se dê de forma efetiva. Convidá-los para participarem fazendo uma explicação de que esse círculo é uma das práticas restaurativas que zela pela oportunidade de fala (voluntária) e escuta ativa de todos(as), dentro de um ambiente seguro e confiável, construído pelos participantes. É um mo-

mento em que a fala de cada um mostra-se muito importante e que terá a atenção de todos(as) os(as) participantes, com respeito, sem julgamento.

- Sugere-se fortemente que sejam suspensas atividades avaliativas e evitados o início de novos conteúdos por pelo menos duas semanas. É comum que nesse retorno estudantes faltem, não consigam ficar o turno inteiro na escola, portanto não devem ser prejudicados.

- As ações de acolhimento, mais intensas nos primeiros dias, precisam permear também as semanas seguintes. Ou seja, é importante que haja espaços para escuta e expressão dos sentimentos na rotina semanal de forma sistematizada, de maneira permanente. Tudo isso deve ser parte do Projeto Político Pedagógico.

Busca ativa dos estudantes da escola atingida pela violência

- No caso de crianças e adolescentes que não compareçam à escola nos primeiros dias de reabertura da escola, é preciso que haja um processo de busca ativa por parte da instituição escolar, oferecendo condições para esse retorno.

- É possível que em alguns casos a família opte por mudar a criança ou adolescente de escola devido a sentimentos de medo e insegurança, por exemplo. Mas, neste momento, é importante que a Rede de Proteção como um todo atue para que o estudante possa retomar a vida acadêmica, tendo suas necessidades respeitadas, seja na escola em que aconteceu a situação de violência ou em outra escola da rede de educação.

- O Conselho Tutelar é um dos órgãos a serem acionados para assegurar o direito à educação. Quando necessário, este órgão tem a capacidade de solicitar vagas e serviços que a família possa precisar para proporcionar o cuidado adequado ao estudante, especialmente em decorrência do trauma vivido, podendo incluir, por exemplo, serviços relacionados à saúde mental.

- Se houver mudança de escola, a nova unidade também precisa estar preparada para receber esse estudante e o Comitê Local Intersetorial deve ajudar no preparo, capacitação e sensibilização das demais unidades escolares para tal.

- Palestras, apoio e círculos de acolhimento podem ser necessários em outras unidades próximas à escola atingida devido ao medo, trauma e sentimento de insegurança gerado pela situação.

- Estudantes que estejam em tratamento de saúde em situação de internação hospitalar ou regime domiciliar por tempo indeterminado têm direito ao atendimento escolar[16]. Os/as estudantes que apresentem traumas psicológicos e poucas condições de retornar à escola a curto prazo também devem ter o acesso à educação garantido, seja por meio de busca ativa, envio de materiais ou outras estratégias.

Fortalecimento da escola diante da comunidade

- A imprensa local deve ser alimentada por informativos e divulgação positiva dos encaminhamentos e planejamentos da escola.

- É fundamental o apoio das lideranças comunitárias na elaboração de uma programação que destaque os significados positivos da escola como o lugar de promoção da vida.

16 Lei de Diretrizes e Bases e Lei 13.716/18.

- Em regime de colaboração com as lideranças comunitárias a escola deve sistematizar espaços e tempos destinados a atividades que envolvam não só a comunidade interna mas, principalmente, a do entorno, do território. Rodas temáticas, feiras, exposições, oficinas, apresentações artísticas e culturais, debates, eventos e campeonatos esportivos são alguns exemplos de ações que devem ser planejadas e executadas, em parceria com o território.

- É essencial que as ações de fortalecimento não sejam pontuais mas, sim permanentes e a longo prazo. Por isso a necessidade de laços fortes com o território que aos poucos assume iniciativas e divide responsabilidades com a escola. A cultura da coletividade é construída e fortalecida pelo exercício de co-responsabilidade.

- A maneira como os adultos lidam com suas emoções influencia as reações das crianças e jovens, portanto, os adultos devem modelar estratégias saudáveis de enfrentamento e monitorarem seu próprio estado emocional e dos estudantes, buscando apoio da rede de saúde, quando preciso, durante esses processos de recuperação e superação, costuma ser demorados, a depender da natureza do evento e dos recursos disponíveis.

Manifestação coletiva da(s) rede(s) de ensino em apoio à escola atingida

- Quando uma escola é vítima de violência extrema, todas as demais vivenciam a dor e a indignação. Representantes das diferentes redes de ensino que integram o **Comitê Local Intersetorial** devem incentivar em suas respectivas redes, manifestações de solidariedade e de cooperação à escola diretamente atingida. Mensagens, vídeos, partilhas culturais, artísticas, jogos cooperativos interescolares são alguns exemplos de manifestações coletivas e solidárias. As manifestações por escrito, imagens e vídeos podem ser expostas na instituição nos primeiros dias de retorno às aulas.

Definição e divulgação para a comunidade escolar diretamente afetada do plano de ações para o restante do ano letivo (continuidade do processo de recuperação)

- Após o retorno da rotina da escola é recomendável o planejamento das ações de continuidade do ano letivo que deve ser feito com a participação reflexiva de toda a comunidade, e de forma alinhada ao Projeto Político Pedagógico. Refletir sobre o episódio de violência sofrido pela escola e sobre o tipo de pessoas que pretendem formar para uma sociedade democrática, plural e cada vez mais complexa. Isso inclui questões como: As ações que estão sendo propostas mudarão os discursos de ódio, valores e concepções? Como contribuir para mudar a cultura das violências, promover o desenvolvimento de valores éticos, das competências sociomorais e emocionais e da cidadania? O que tem sido intencionalmente planejado pela escola para a promoção da cultura de paz, da não violência, da convivência diária ética e democrática? Como é a convivência na escola? Quais os pontos fortes da convivência na escola? Quais os pontos frágeis e com necessidades importantes? Como construir um clima escolar positivo promotor do cuidado, do bem-estar e da saúde mental? O que é preciso para a promoção dessa convivência? Como continuar o apoio emocional para todos?
As respostas a essas e outras questões contribuem para o levantamento das necessidades: estruturais, organizacionais, formativas e pedagógicas da escola. A partir disso, traçar coletivamente o plano de ação para alcançar os objetivos apontados.

- Toda a comunidade precisa participar e/ou conhecer esse Plano de Ação. Sendo assim, na elaboração coletiva, deve-se também contemplar na pauta de discussões, a definição de quais serão os meios de difusão a serem adotados e quais pessoas ficam responsáveis por disparar e alimentar essa dinâmica de garantir à comunidade o direito à informação. A transparência da escola fortalece o senso de confiança e de pertencimento da comunidade.

Sistematização de ações permanentes que promovam a convivência ética na escola.

- Planejar a convivência é contemplar os diferentes segmentos que constituem a comunidade escolar: estudantes, equipes gestora e docente, funcionários e famílias e/ou responsáveis.

- A construção de uma convivência favorável ao desenvolvimento humano pressupõe a institucionalização de procedimentos que, com o tempo, devem se tornar parte da cultura da escola, tais como, implementação de assembleias, espaço de mediação de conflitos e círculos de acolhimento. Tais procedimentos visam: engajar a participação e co-responsabilidade coletivas; priorizar o diálogo como princípio e meio para a resolução de conflitos.

- Para tanto, é necessário um programa permanente[17] de formação contínua, centrado nas especificidades da escola e que incentive a reflexividade de toda a comunidade; os temas de estudo devem emergir das necessidades hierarquizadas levantadas pela equipe, assim como, da realização de conversas com os diversos grupos e de diagnósticos frequentes sobre o clima escolar, bullying e cyberbullying.

- Fundamental garantir e estimular o protagonismo dos(das) estudantes no que se refere ao trabalho voltado à convivência (movimentos autônomos, equipes de ajuda[18], estudantes mediadores, cybermentores, clubes, grêmios etc).

Continuidade de articulação das redes de atendimento psicossocial.

- Além dos atendimentos psicossociais em andamento, o retorno ao ambiente escolar gera um sofrimento emocional que varia de intensidade e tempo entre as pessoas.

- Cenas e sons do dia a dia escolar após uma tragédia costumam ser gatilhos de sintomas traumáticos diversos e a instituição precisa contar com o apoio estendido das redes de atendimento psicossocial.

- Fundamental a atenção e o cuidado da escola na identificação e encaminhamento de situações de ansiedade e pânico.

- Serviços de saúde do território, como as Unidades Básicas de Saúde, devem proporcionar grupos psicoterapêuticos específicos para esse público, quando houver equipe de saúde mental no equipamento.

- Serviços da política de Assistência Social, como Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) podem promover encontros e grupos buscando ressignificar as situações vivenciadas, fortalecendo os vínculos comunitários. Quando não houver tais equipamentos no território, o mesmo pode ser realizado por centros comunitários ou OSCs (Organizações da Sociedade Civil) que atuem no local.

---

17 Para saber mais: VIVALDI, Flávia M C. A Convivência Ética na Escola. In Diretrizes para elaboração dos currículos escolares: documento municipal. Flávia M C Vivaldi (Org). p. 22-33. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1pzTwVhZPqCpVA7hdFMQPeMfKNxvGfCGE/view

18 Para saber mais: https://www.editoraadonis.com.br/livros/302/ebook-gratuito-passo-a-passo-da-implementacao-de-um-sistema-de-apoio-entre-iguais-as-equipes-de-ajuda

- A escola deve ter um mapeamento dos serviços e órgãos da Rede de Proteção com informações sobre a localização, telefones para contato e uma breve descrição do papel de cada um destes equipamentos, o que facilita o processo de encaminhamento e articulação, quando necessários[19].

Avaliação permanente da saúde emocional da comunidade escolar diretamente atingida

- Os círculos de acolhimento, jogos de expressão de sentimentos e momentos para falar de si, além das equipes de ajuda, são procedimentos institucionais que viabilizam um acompanhamento permanente da saúde emocional e, portanto, devem integrar o plano de ação da escola.

- Em paralelo, contar com a parceria dos profissionais de saúde mental para avaliações de possíveis casos encaminhados pela escola.

- O **Comitê Local Intersetorial** deve se manter próximo da comunidade escolar, a fim de garantir que a escuta das necessidades que surgirão, o acolhimento e cuidado continuem ocorrendo ainda que de maneira distinta das situações iniciais.

19 Para saber mais sobre o tema acessar a dissertação de mestrado intitulada "Territórios vulneráveis: os problemas de convivência na escola e a Rede de Proteção" (Lahr, 2022) disponível em https://repositorio.unesp.br/items/b57aea02-9b9b-4137-8d9e-24b6fadec430 e o Relatório "Ataques de Violência Extrema à escolas no Brasil: causas e caminhos" (Vinha, et al, 2023).

Considerações finais

Diante de uma situação de violência direcionada à escola, que pode envolver vítimas fatais e traumas diversos, torna-se difícil falar de processos que sejam ideais para o acolhimento de todas as pessoas envolvidas. Entretanto, a organização e sistematização das ações preparatórias e de resposta tornam-se essenciais para que haja um atendimento inicial e acolhimento da comunidade escolar e para que as intervenções intersetoriais sejam coordenadas e adequadas para atender estudantes e suas famílias de modo a não gerar maiores danos.

Este documento é construído com base em uma perspectiva de que o trabalho de prevenção contra violências na escola se insere na promoção de uma convivência qualificada que deve ser, portanto, planejada intencionalmente e contemplada concretamente nos currículos escolares. Trata-se de um documento que reafirma a necessidade tanto de políticas públicas referentes ao trabalho de preparação e resposta, quanto da construção de políticas de convivência nas escolas brasileiras visando a prevenção de situações como essas.

São trazidas as ações em 4 fases distintas, referentes às diferentes etapas de um trabalho de preparação e resposta a casos de violência extrema direcionada à escola. A Fase 0 (Zero) preconiza a constituição de um **Comitê Local Intersetorial** que coordene as ações preparatórias e de resposta, assim como, o provisionamento de recursos financeiros que se fazem necessários em episódios inesperados como são os ataques contra a escola. A Fase 1 abrange as questões administrativas e organizacionais necessárias para o planejamento e concretização do fluxo de atendimento ampliado às vítimas diretas e indiretas. A Fase 2 traz a organização e implementação das ações de intervenção inicial imediata e de caráter de urgência. E, por fim, a Fase 3 orienta sobre a retomada e continuidade das ações com os estudantes na escola afetada.

Os passos indicados para cada uma das fases partem de um cenário ideal, em que os serviços de saúde mental e o poder executivo se colocam disponíveis para um atendimento imediato às vítimas diretas e indiretas. Contudo, é preciso refletir sobre a realidade de cada município e as dificuldades já encontradas (sem que haja nenhuma situação de violência já posta) em relação ao atendimento de crianças, adolescentes e adultos na Política de Saúde Mental.

Além disso, é importante ressaltar que são várias as instituições que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e dos Adolescentes, e que cada uma possui responsabilidades junto à sociedade, ressaltando que para o funcionamento e efetivação desses direitos, é necessário que a Rede de Proteção esteja ativa e com profissionais suficientes para atender as demandas. Tal funcionamento está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e em leis complementares como é o caso da Lei da Escuta Protegida (Lei 13.431/2017) e da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Outras resoluções também preconizam a necessidade do trabalho em rede e o funcionamento do SGDCA como aquelas publicadas pelo próprio Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Importante ressaltar que, independente dos municípios terem funcionários concursados para lidar com o tema, a urgência diante de uma situação de violência prevê que a busca e contra-

tação desses profissionais seja imediata. Não se pode permitir que haja prevaricação para este tipo de atendimento ou precarização do olhar diante das pessoas envolvidas. É importante a humanização dos processos e, para tal, é preciso, também, políticas públicas bem estruturadas, com objetivos claros e que visem o bem-estar físico e emocional daqueles que passaram por situações tão duras.

Isso posto, é preciso recordar que as pessoas não precisam ter formação em gestão desse tipo de crise para atuar em situações como essa, mas sim possuírem alguns princípios balizadores que ajudem a nortear as decisões e ações, como compreender que as ações precisam ser intersetoriais; reconhecer o sofrimento da comunidade diante de violências tão duras; conceber que a garantia de direitos fundamentais é superior às burocracias e tempos do Estado; investir em ações de cuidado que devem ser imediatas e contínuas; reconhecer que a violência afeta a todos(as) de forma diferente; legitimar que a escola e o diálogo devem ocorrer no coletivo, em grupos e individualmente, sendo todas igualmente importantes; certificar que todos(as) devem ter oportunidade de fala, mas também deve ter respeitado o desejo de não o fazer; garantir que a comunidade escolar deve ser ouvida e considerada nas ações de intervenção; e por fim é preciso fortalecer o coletivo para que o cuidado e apoio mútuo se potencializem.

Referências Bibliográficas

ALA-AHO, & TURUNEN, T. (2012). Kauhajoki project. Final report. Organization and delivery of psychosocial support after the Kauhajoki school shootings. Hospital District of South Ostrobothnia. Retrieved February 2, 2013, Disponível em: <http://www.epshp.org/kauhajokihanke/KauhajokiProjectFinalReport.pdf> Acesso em 06 de set. 2023.

BELLO, A.F. et al. Guia de Resposta a emergência em escolas. COSAFE, 2022. Disponível em: https://cosafe.com.br/guia-de-resposta-a-emergencia-em-escolas/

BOWLING J., MONTANARO E., ORDONEZ S. G., MCCABE S., FARRIS S., et al. Coming together in a digital age: Community twitter responses in the wake of a campus shooting. PLOS ONE 17(12), 2022

BRASIL. Lei 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. 2017b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm> Acesso em: 2 jul. 2020.

BRASIL. Decreto n. 9.603, de 10 de dezembro de 2018. Regulamenta a Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. 2018a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9603.htm> Acesso em: 26 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC).Relatório Ataques às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações governamentais. 2023. Brasília, DF: MEC, 2023.

CAMPANHA. Campanha Nacional pelo direito à educação. Relatório: O extremismo de direita entre adolescentes e jovens do Brasil: ataques à escolas e alternativas para a ação governamental. Nov 2022. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Relatorio_ExtremismoDeDireitaAtaquesEscolasAlternativasParaAcaoGovernamental_RelatorioTransicao_2022_12_11.pdf

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, p. 432-442, 2002.

COX, J. W. et al. More than 352,000 students have experienced gun violence at school since Columbine. The Washington Post, Washington, DC. 2023.

CULLEN, D. Columbine.Trad. Eduardo Alves. Rio de Janeiro: DarkSide Books , 2019.

GARCIA, C.A. Ataques de violência extrema às escolas no Brasil: mapeamento, fatores associados e caminhos de prevenção e enfrentamento. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 2024. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1410804.

GAWLEY, M.; CUELLAR, M. J.; COYLE, S. A theoretical and empirical assessment of authoritarianism's effects on behavior, attendance, and performance in urban school systems. Contemporary Justice Review, v. 24, n. 2, 2021, p. 197–217.

GULLAR, F. Poesia completa, teatro e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar: Biblioteca lusobrasileira. Série Brasileira, 2008.

LAHR, Talita Bueno Salati. Territórios vulneráveis: os problemas de convivência na escola e a rede de proteção. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar), Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/235040 . Acesso em: 19 ago. 2022.

LANKFORD, Adam, MADFIS, Eric. Don't name them, don't show them, but report everything else: A pragmatic proposal for denying mass killers the attention they seek and deterring future offenders. Disponível em : < https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0002764217730854?download=true >

LANZA, A., ROYSIRCAR, G., RODGERS, S. First responder mental healthcare: Evidence-based prevention, postvention, and treatment. Professional Psychology: Research and Practice, 49(3), 2018, pp. 193–204

LEBRUN, M. Books, Blackboards, and Bullets: School Shootings and Violence in America. Lanham: Rowman & Littlefield Education, 2011 (capitulo 8: Postvention: supporting the school Community after school shoting)

MACNEIL, W., TOPPING, K. Crisis Management in Schools: Evidence-based Postvention. Journal of Educational Enquiry 7(2), June 2009

NASP National Association of School Psychologists. (2020). Responding to a mass casualty event at a school: General guidance for the first stage of recovery [handout]. Bethesda, MD: Author. Disponível em: <https://www.nasponline.org/resources-and-publications/resources-and-podcasts/school-safety-and-crisis/school-violence-resources/responding-to-a-mass-casualty-event-at-a-school-general-guidance-for-the-first-stage-of-recovery>, Acesso em 18 de ago. de 2023

NEWMAN, Katherine S.; FOX, Cybelle; HARDING, David; MEHTA, Jal; ROTH, Wendy. Rampage: the social roots of school shootings. Fev, 2004, Basic Books, N. York

OLIVEIRA, L.; COSTA, P., AZEVEDO, T. Monitoramento das ameaças massivas de ataques às escolas e universidades. RJ: Lupa/ ECMI-FGV/ FGV Direito, 2023.

OPAS Organização Pan-Americana da Saúde. Primeiros cuidados psicológicos: um guia para os trabalhadores de campo. Brasília, DF: OPAS, -1, 2015. Disponível em: https://iris.paho.org/handle/10665.2/7676

Orientações à imprensa sobre situações de massacres nas escolas. Disponível em: https://jeduca.org.br/noticia/veja-as-orientacoes-para-a-cobertura-de-massacres-em-escolas-. Acesso em 15 ago 2023.

PETERSON, J.; DENSLEY J.; ERICKSON G.. Presence Of Armed School Officials and Fatal and Nonfatal Gunshot Injuries During Mass School Shootings, United States, 1980-2019. AMA Network Open, St Paul, v. 4, 1-4, 16 fev. 2021

ROSSIN-SLATER M. et al. Local exposure to school shootings and youth antidepressant use. Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS), v. 117, v. 8, 2020.

SHNEIDMAN, E. (1973). Deaths of man. New York: Quadrangle.

SHNEIDMAN, E. (1985). Definition of suicide. Michigan: Wiley.

SHNEIDMAN, E. (1993). Suicide as Psychache: a clinical approach to self-destructive behavior. London: Jason Aronso

STAR-CENTER, University Of Pittsburgh. A Guide for a School's Response in the Aftermath of a Sudden Death. Pittsburgh, 2020. 158 páginas; 50th Edition. Disponível em https://www.starcenter.pitt.edu/manuals/manual-descriptions

TOWERS, S. et al. Contagion in Mass Killings and School Shootings. PLoS ONE, v.10, n.7. 2015.

TURUNEN T, HARAVUORI H, PIHLAJAMãKI JJ, MARTTTUNEN M, PUNAMÃKI RL. Framework of the outreach after a school shooting and the students perceptions of the provided support. Eur J Psychotraumatol. 2014 Jul 2;5. doi: 10.3402/ejpt.v5.23079. PMID: 25018862; PMCID: PMC4082198.

VINHA, T., GARCIA, C., NUNES, C. A. A., ZAMBIANCO, D. P., MELO, S. G., LAHR, T. B. S., PARENTE, E. M. P. R., OLIVEIRA, V. H. H., FOGARIN, B. Ataques de violência extrema em escolas: causas e caminhos. São Paulo, D3e, out. 2023.

ANEXO 1 - Sugestão de roteiro para o círculo de acolhimento e escuta

Apresentamos a seguir um roteiro que pode apoiar a realização de círculos de acolhimento e escuta. Como indicado ao londo do documento, práticas de acolhimento já devem ser parte da rotina das escolas e, assim, recomenda-se que experiências anteriores sejam mobilizadas com a intencionalidade de fortalecer o processo de recuperação diante de um momento tão desafiador.

Círculo de acolhimento - É uma das práticas da Justiça Restaurativa que prima por princípios como voluntariedade de participação e de fala, organizada em formato circular, o que permite que todos(as) sintam-se incluídos e vistos. Nesse contexto, ele tem como tema o ACOLHIMENTO e ESCUTA. Conduzido por um(a) facilitador(a) que segue um roteiro preparado de acordo com o tema a ser dialogado, utilizando-se de um objeto de fala que regula e oportuniza a todas as pessoas o espaço de fala, ao mesmo tempo que recebe a escuta respeitosa de todos(as) os(as) participantes.

O círculo de acolhimento também pode ser realizado em escolas em que houve ameaças de ataque para atenção aos sentimentos dos/as profissionais e estudantes.

Materiais necessários:

- Sala para dispor as cadeiras em formato circular, sem mesas ao centro
- Canetas coloridas, caixa de lenço de papel, papeletas (em cartolina, em medida suficiente para escrever uma palavra (por exemplo, 30x10 cm), pote de balas (opcional), outros objetos que forem cabíveis dependendo do momento
- Crachás para serem preenchidos a mão pela pessoa (pode ser feito em cartolina 15x15, e barbantes)
- Se possível, mesa lateral com água e café
- Objeto de fala (um objeto que possa ser passado entre os participantes como condutor da fala - um vaso, uma flor, um urso de pelúcia, um caderno, etc).

Parte geral/ Orientações sobre as etapas

Obs: é possível encontrar facilitadores(as) de Justiça Restaurativa em muitos municípios. É importante que a condução dos círculos seja feita por uma pessoa capacitada e que o grupo em cada círculo, seja formado com no máximo 15 pessoas. Esse número permite que todos(as) tenham tempo suficiente de fala, e que o encontro não se estenda por mais de 2 horas

- Explicação do que é um processo circular antes da Abertura – Optou-se pelo Círculo de acolhimento (uma das práticas da Justiça Restaurativa), pois, é um formato de encontro que gera inclusão, pertencimento, possibilidade de todos(as) se verem e ouvirem, e as etapas que serão construídas permitirão criar um espaço seguro e confiável, onde todos(as) podem conseguir falar e ouvir, de coração para coração.

- Se possível, duas pessoas devem conduzir o grupo, pois dessa forma, a qualquer momento, caso alguém sinta a necessidade de ser ouvido em particular ou encaminhado para o atendimento com o(a) psicólogo(a), um dos(das) facilitadores(as) poderá atender a esse pedido (organizar para que existam psicólogos(as) em sala diferente, que estejam disponíveis para atendimentos necessários). .

- O(a) facilitador(a) deve explicar sobre o objeto de fala logo após a Abertura - "Escolhi esse objeto porque para mim, significa...."(explicar). Ele será passado de pessoa a pessoa, sem pular, sem voltar, nem cruzar o círculo (sempre em sentido horário ou anti-horário) para que todo mundo tenha oportunidade de falar; só fala quem estiver com o objeto de fala, assim há a oportunidade de ouvir sem dividir a atenção. A única exceção é a(a) facilitador(a) que poderá fazer intervenções para cuidar do grupo. A fala é um convite. Quem não quiser falar pode só passar a vez.

- E para que todos(as) se sintam à vontade e em segurança, devem ser criados valores e combinados que são usufruídos no Círculo.

- As etapas do Círculo de Acolhimento são: 1) Abertura 2) Check in 3) Criação de Valores 4) Criação de Combinados 5) Perguntas reflexivas 6) Check out 7) Encerramento

- Importante: No círculo, é natural que as pessoas se emocionem e chorem. Não é necessário nenhum movimento sobre isso: as pessoas sentirão que estão num lugar seguro e confiável. O silêncio acolhe. Pode ser oferecido um lenço de papel também. As pessoas naturalmente param de chorar quando no seu tempo. Caso alguém se levante e saia da sala, uma pessoa da dupla de facilitadores(as) pode acompanhá-la para apoio.

1 Abertura

O(a) facilitador(a) deve explicar: "Farei a leitura de um pequeno texto, marcando o início desse encontro especial. Peço que todos(as) silenciem e se permitam estar presentes"

Leitura de um texto breve e significativo, que pode ser distribuído a todas as pessoas:

(A abertura é o momento utilizado para as pessoas silenciarem, conscientizarem-se que estão num encontro em que o convite é estarem presentes de corpo e mente. O texto também pode ser substituído por um exercício de respiração, por exemplo, que traga relaxamento e presença.)

Sugestão: TRADUZIR-SE

Uma parte de mim
é todo mundo;
outra parte é ninguém:
fundo sem fundo.

Uma parte de mim
é multidão:
outra parte estranheza
e solidão.

Uma parte de mim
pesa, pondera;
outra parte
delira.
Uma parte de mim
almoça e janta;
outra parte
se espanta.

Uma parte de mim
é permanente;
outra parte
se sabe de repente.

Uma parte de mim
é só vertigem;
outra parte,
linguagem.

Traduzir-se uma parte
na outra parte
– que é uma questão
de vida ou morte –
será arte?

Ferreira Gullar (2008)

Observação: Em caso de aplicarem os círculos com adolescentes:

Lembrar que o adolescente precisa se sentir seguro para se expor e a participação dele é voluntária.Reforçar os princípios de sigilo, confiança e voluntariedade de fala. Necessário o apoio de um profissional para a escuta individualizada caso ele queira se retirar do círculo. É importante a participação de um(a) professor(a) de confiança da turma, que atuará como auxiliar do(a) facilitador(a). Isso trará mais confiança ao adolescente que se sentirá mais seguro(a) para falar. A abertura deverá ser outra também. Algo que traga descontração, como uma brincadeira ou dinâmica de uns 5 minutos que os movimente.

2 Esclarecimentos e check- in

O check in é um momento em que as pessoas têm a oportunidade de dizerem como estão chegando naquele local. (Pode haver pessoas que já comecem a falar de como estão se sentindo com o que aconteceu, por isso, é importante que o(a) facilitador(a) deixe claro que é apenas um check in e dá o exemplo começando por si e que nas próximas rodadas, todos(as) terão oportunidade de falar sobre o ocorrido. Se mesmo assim acontecer de alguém começar a falar sobre o incidente, o(a) facilitador(a) pode interromper gentilmente, relembrando que haverá oportunidade de expor mais detalhes sobre a questão, nas rodadas seguintes).

Pergunta do check in: Gostaria que vocês se apresentassem e compartilhassem algo que as pessoas geralmente não sabem sobre você, mesmo com aquelas que você convive (começar pelo(a) facilitador(a): "Meu nome é....., sou de ..... sou mãe, filha, avó, etc....(o que quiser comentar que te descreve como ser humano). Algo que ninguém sabe sobre mim é : (algum gosto, hobby, curiosidade, formação, etc) (busque ser sucinto(a). Agora passo para a pessoa ao meu lado e o objeto de fala seguirá até ter passado por todos(as) e voltar para mim."

3 Construção de Valores

O(a) facilitador(a) deve explicar: **"Agora que o objeto de fala voltou para mim, vamos construir os valores de nosso grupo"**

Passar as canetas e as papeletas e informar que devem escrever no papel aquele valor humano que não pode faltar em suas relações: "quando você está em seu melhor momento, como ser humano, qual o valor que carrega para suas relações e pode oferecer aqui para este grupo?". (Explicar que não tem problema se outras pessoas escreverem o mesmo).

O(a) facilitador(a) espera todos(as) preencherem e começa por si: "O valor humano que mais valorizo em minhas relações, é .....porque..... e neste momento, ofereço aqui nesse espaço o que há de melhor em mim". E pede a todos(as) que ao receberem o objeto de fala, expliquem porque escolheram o valor e colocá-lo ao centro do círculo, conforme o(a) facilitador(a) fez.

4 Construção de Combinados

Terminada a rodada de valores, para que se possa falar em um espaço seguro, saudável e confiável, são realizados alguns combinados. O(a) facilitador(a) deve dizer: "Trago aqui alguns combinados (o(a) facilitador(a) deve levar esses combinados já descritos em papeletas individuais que serão colocados por ele(a) no centro do círculo, um a um e explicado). Vocês podem podem complementar e dizer o que precisam além desses para estarem aqui no grupo e falarem e ouvirem, com coração, os demais":

a) Respeitar o objeto de fala (se pronunciar quando o estiver segurando) - mostrar a papeleta, explicar e colocar ao centro. E assim, sucessivamente até o último.

b) Falar sempre de si, em primeira pessoa (não se fala sobre o que a outra pessoa falou, só se fala sobre si mesmo, o que evita julgamentos).

c) Sigilo - o que se fala no círculo, fica no círculo (Caso algo do círculo seja compartilhado com viés pedagógico, não deve ser dito de onde ouviu).

d) Autocuidado - a qualquer momento os participantes podem se levantar, tomar água, tomar um café, ir ao banheiro – não precisa pedir nem informar – assim evita-se interromper o círculo.

e) Cuidar do tempo – O tempo do círculo é determinado Tudo o que for dito é de extrema importância, para todos. Apenas é preciso estarem atentos para serem sucintos, focar na resposta e lembrar que se tomar muito tempo, o outro será impedido de falar.

f) Voluntariedade (direito ao silêncio) – o(a) facilitador(a) coloca os combinados já pré escritos ao centro e convida as pessoas a contribuírem caso entendam necessário. Lembrar que todos(as) são guardiões desses combinados e devem trabalhar para que todos(as) cumpram.

O(a) facilitador(a) pergunta: "Vocês precisam de mais algum combinado? querem sugerir ou colocar outros ao centro?" (geralmente todos(as) se sentem contemplados por esses e o(a) facilitador(a) dá prosseguimento ao encontro.

5 Perguntas reflexivas

Facilitador(a): "Agora que já nos apresentamos, oferecemos o que há de melhor em nós de valor e construímos os combinados, vou passar o objeto de fala novamente, para ouvi-los" (fazer uma pergunta de cada vez e rodar o objeto até retornar o(a) facilitador(a) para a pergunta seguinte):

1)- "Quem está com vontade de falar e gostaria de falar sobre o que aconteceu e como se sentiu com o que aconteceu, ou como está se sentindo hoje ainda?" (lembrar do combinado de falar somente de si, em primeira pessoa. De cuidarem do tempo, para que todos(as) tenham oportunidade de falar, dentro do tempo estabelecido para realização do encontro. O(a) facilitador(a) deve também responder, mas deve dar a oportunidade de alguém iniciar. Neste momento não precisa ter início com o(a) facilitador(a). Então, o objeto de fala terminará ao lado da pessoa que começou. Assim que estiver lá, o(a) facilitador(a) pede de volta para fazer a segunda pergunta.)

Após todos(as) terem respondido à primeira pergunta, fazer a segunda:

2) - "Que tipo de apoio você gostaria de receber? Você sente que tem condição de oferecer algum tipo de apoio para alguém? Se tiver, fique à vontade para compartilhar".

Finalizadas as respostas, o(a) facilitador(a) deve dizer que estão se aproximando do final do encontro e que fará um:

6 Check out

Momento onde a pessoa faz uma reflexão sobre como está saindo do encontro

Pergunta: "Como foi para você estar nesse círculo, falando de si mesmo e ouvindo o outro?"

O objeto de fala retorna ao(a) facilitador(a) e este(a) explica que farão uma dinâmica para fecharem o círculo e encerrarem o encontro:

Encerramento:

- Dinâmica: a pessoa que está facilitando estende a mão com a palma para cima para a pessoa à sua direita dizendo:

Eu te ofereço a minha mão, instrua a pessoa do seu lado direito a colocar sua mão sobre a dela, dizendo:

Minha mão na sua mão.

Todos(as) vão replicando até terminar o círculo com todos(as) de mãos dadas.

O(a) Facilitador(a) finaliza refletindo: "Que todos(as) sejamos mão estendida para alguém e tenhamos sempre alguém que nos estenda a mão em momentos difíceis".